

DPE-RO

DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA

Técnico Administrativo –
Classe A

EDITAL Nº 01/2025

CÓD: SL-104FV-25
7908433271925

Língua Portuguesa

1. Interpretação e compreensão de texto	9
2. Organização estrutural dos textos	10
3. Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade	11
4. Modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção; características específicas de cada modo. Tipos textuais, características específicas de cada tipo.....	14
5. Textos literários e não literários.....	15
6. Tipologia da frase portuguesa. Estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção. Problemas estruturais das frases. Organização sintática das frases: termos e orações. Ordem direta e inversa .	16
7. Norma culta	20
8. Pontuação e sinais gráficos	22
9. Tipos de discurso	24
10. Registros de linguagem.....	27
11. Funções da linguagem	28
12. Elementos dos atos de comunicação.....	29
13. Estrutura e formação de palavras	30
14. Formas de abreviação.....	32
15. Só são usadas para valores monetários.....	34
16. Classes de palavras; os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições	34
17. Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos. Polissemia e ambiguidade.....	43
18. Os dicionários: tipos.....	45
19. A organização de verbetes.....	46
20. Vocabulário: neologismos, arcaísmos, estrangeirismos.....	52
21. Latinismos	55
22. Ortografia.....	56
23. Acentuação gráfica.....	61
24. Crase	62

Legislação Institucional

1. Constituição do estado de Rondônia; arts. 105 E 106	67
2. Lei complementar nº 117/1994 e suas alterações (cria a defensoria pública do estado de Rondônia)	68
3. Lei complementar nº 703/2013 e suas alterações (dispõe sobre a criação do quadro de pessoal administrativo da defensoria pública do estado de Rondônia)	85
4. Lei complementar nº 68/1992 (regime jurídico dos servidores públicos civil do estado de Rondônia, das autarquias e das fundações públicas estaduais).....	88
5. Lei geral de proteção de dados (Lei nº 13.709/2018).....	108

Raciocínio Lógico Matemático

1. Lógica: proposições, conectivos, equivalências lógicas, quantificadores e predicados	125
2. Conjuntos e suas operações, diagramas. Conjuntos e suas operações	131
3. Medidas de comprimento, área, volume, massa e tempo. Unidades de medida: distância, área, volume, massa e tempo	134
4. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. , Formação de conceitos, discriminação de elementos	138
5. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal	145
6. Raciocínio matemático.....	149
7. Raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal	149
8. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.....	152
9. Números naturais, inteiros, racionais, reais e suas operações. Representação na reta: números inteiros, racionais e reais e suas operações.....	154
10. Álgebra básica: equações, sistemas e problemas do primeiro grau	165
11. Proporcionalidade direta e inversa	167
12. Regras de três	168
13. Porcentagem e juros. Juros simples e compostos.....	169
14. Sequências e reconhecimento de padrões	172
15. Princípios de contagem e noção de probabilidade	174
16. Tratamento da informação: noções básicas de estatística, tabelas e gráficos. Compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas	179

História de Rondônia

1. Colonização e ocupação inicial - povos indígenas originários: etnias e modos de vida, expedições coloniais e entradas bandeirantes.....	191
2. Ciclo do ouro e exploração dos rios - primeiras atividades econômicas na região, impacto das explorações sobre populações indígenas.....	194
3. Tratados de fronteira e território - tratado de Madrid (1750), tratado de Petrópolis (1903) e a aquisição do Acre.....	194
4. Ciclo da borracha - ascensão e declínio da economia baseada no látex, migração nordestina e infraestrutura associada; a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré - motivação, desafios e impactos econômicos e sociais	195
5. Criação do território federal do Guaporé (1943) - fundação e rebatimento para território federal de Rondônia (1956)	197
6. Emancipação e formação do estado de Rondônia (1981) - movimento pela autonomia estadual, conflitos agrários e políticas de ocupação	197

Geografia de Rondônia

1. Localização geográfica - limites territoriais e posição no bioma Amazônia	199
2. Aspectos físicos - relevo e geomorfologia	200
3. Hidrografia: bacias dos rios Madeira, Guaporé e Mamoré	201
4. Clima: tropical úmido e variações locais; vegetação e biodiversidade - florestas tropicais e áreas de transição, espécies endêmicas e ameaçadas	203
5. Uso e ocupação do solo - agricultura, pecuária e áreas de preservação; desmatamento e desafios ambientais	204

6. Aspectos econômicos e urbano	205
7. Expansão urbana: porto velho e outros municípios	206
8. Infraestrutura e conectividade regional.....	207

Atualidades de Rondônia

1. Desenvolvimento econômico - principais atividades econômicas: agronegócio, energia e mineração, papel estratégico na exportação de commodities	209
2. Questões ambientais - impactos do desmatamento e queimadas, conservação da biodiversidade e reservas indígenas .	210
3. Aspectos sociais e culturais composição populacional e diversidade cultural, festividades, tradições e manifestações artísticas locais.....	211
4. Política e administração pública governança estadual e desafios administrativos, políticas públicas para saúde, educação e infraestrutura	212
5. Infraestrutura e integração regional rodovias, ferrovias e hidrovias, integração com outros estados e países vizinhos	213
6. Perspectivas para o futuro - sustentabilidade e desenvolvimento, desafios econômicos, ambientais e sociais	214

Informática - Conhecimentos Específicos

1. Sistemas operacionais.....	219
2. Edição de textos, planilhas e apresentações (ambientes microsoft office e google)	244
3. Ferramentas de navegação (microsoft internet explorer, mozilla firefox e google chrome), aplicativos, procedimentos, internet e intranet	284
4. Google workspace e ferramentas de produtividade/colaboração.....	288
5. Procedimentos de backup	289
6. Armazenamento de dados na nuvem (cloud storage).....	291
7. Bancos de dados: 1 bancos de dados relacionais. 2 Banco de dados nosql (key/value, orientados a documentos e grafos). 3 Técnicas para detecção de problemas e otimização de desempenho do sgbd e de consultas sql.....	291
8. Arquitetura e aplicações de data warehousing, etl e olap.....	292
9. Infraestrutura tecnológica: nuvem. Conceitos: nuvens pública e privada, iaas, paassaas, workloads. Estratégias de migração de aplicações para o ambiente de nuvem.....	294
10. Governança.....	296
11. Segurança da informação: gestão de segurança da informação. Gestão de continuidade do negócio. Gestão de identidade e acesso. Gestão de riscos de segurança da informação. Segurança da informação: procedimentos de segurança; noções de vírus, worms e pragas virtuais; aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware etc.).....	297

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO DE TEXTO

Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015
Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
- (E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentes ou temporárias”.

Em “E” – Errado: este é o tema do texto, a inclusão dos deficientes.

Resposta: Letra B.

ANÁLISE E A INTERPRETAÇÃO DO TEXTO SEGUNDO O GÊNERO EM QUE SE INSCREVE

Compreender um texto nada mais é do que analisar e decodificar o que de fato está escrito, seja das frases ou de ideias presentes. Além disso, interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade.

A compreensão básica do texto permite o entendimento de todo e qualquer texto ou discurso, com base na ideia transmitida pelo conteúdo. Ademais, compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

A interpretação de texto envolve explorar várias facetas, desde a compreensão básica do que está escrito até as análises mais profundas sobre significados, intenções e contextos culturais. No entanto, Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se extrair os tópicos frasais presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na compreensão do conteúdo exposto, uma vez que é ali que se estabelecem as relações hierárquicas do pensamento defendido, seja retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se atentar às ideias do autor, o que não implica em ficar preso à superfície do texto, mas é fundamental que não se criem suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. Ademais, a leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente.

Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os tópicos frasais presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido; retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer

dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas.

Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto envolve realizar uma análise objetiva do seu conteúdo para verificar o que está explicitamente escrito nele. Por outro lado, a interpretação vai além, relacionando as ideias do texto com a realidade. Nesse processo, o leitor extrai conclusões subjetivas a partir da leitura.

ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL DOS TEXTOS

A organização estrutural de um texto é fundamental para garantir clareza, coerência e coesão na comunicação de ideias. A estrutura adequada permite que o leitor compreenda facilmente o conteúdo e acompanhe o desenvolvimento das ideias. Abaixo estão os principais elementos da organização estrutural dos textos e como aplicá-los:

- Introdução

Função:

- Apresentar o tema do texto.
- Contextualizar o assunto.
- Estabelecer o objetivo ou tese do texto.

Elementos:

- Abertura: Uma introdução atraente que capture o interesse do leitor, como uma citação, uma pergunta ou uma breve narrativa.

- Exemplo: "Você sabia que mais de 80% dos adultos sofrem de estresse em algum momento da vida?"

- Contextualização: Fornecer o contexto necessário para entender o tema.

- Exemplo: "No mundo moderno, a pressão por desempenho e as demandas da vida cotidiana têm contribuído para níveis crescentes de estresse."

- Tese ou Objetivo: Declarar a principal ideia ou propósito do texto.

- Exemplo: "Este artigo explora as principais causas do estresse e oferece estratégias eficazes para seu gerenciamento."

- Desenvolvimento

Função:

- Explorar e desenvolver o tema proposto.
- Apresentar argumentos, evidências e exemplos.
- Organizar as ideias de forma lógica e sequencial.

Elementos:

- Parágrafos: Cada parágrafo deve abordar um ponto específico relacionado à tese. Deve começar com uma frase tópico, seguir com explicações e exemplos, e concluir com uma frase de fechamento.

- Frase Tópico: Introduz a ideia principal do parágrafo.
- Exemplo: “Uma das principais causas do estresse é a sobrecarga de trabalho.”

- Desenvolvimento: Expõe detalhes, evidências e exemplos que sustentam a ideia.

- Exemplo: “Pesquisas mostram que longas jornadas de trabalho e a falta de equilíbrio entre vida profissional e pessoal aumentam significativamente os níveis de estresse.”

- Frase de Fechamento: Resume o ponto principal do parágrafo e liga-o à ideia geral do texto.

- Exemplo: “Portanto, é crucial que as empresas implementem políticas de equilíbrio entre vida profissional e pessoal para reduzir o estresse entre seus funcionários.”

- Sequência Lógica: Organizar os parágrafos e ideias de forma que fluam naturalmente, utilizando transições eficazes.

- Exemplo: “Além da sobrecarga de trabalho, outro fator importante a considerar é a falta de suporte social.”

- Conclusão

Função:

- Resumir os principais pontos discutidos no texto.
- Reafirmar a tese ou propósito.
- Oferecer uma reflexão final ou sugestão para ação.

Elementos:

- Resumo dos Pontos Principais: Revisar as ideias principais apresentadas no desenvolvimento.

- Exemplo: “Em resumo, as principais causas do estresse incluem a sobrecarga de trabalho e a falta de suporte social.”

- Reafirmação da Tese: Reiterar a principal ideia ou propósito do texto à luz das evidências apresentadas.

- Exemplo: “Como demonstrado, é evidente que o gerenciamento eficaz do estresse é essencial para a saúde e o bem-estar.”

- Reflexão Final ou Sugestão: Oferecer uma conclusão reflexiva ou uma sugestão de ação para o leitor.

- Exemplo: “Portanto, adotar técnicas de gerenciamento de estresse pode melhorar significativamente a qualidade de vida.”

- Elementos Adicionais

Função:

- Complementar o texto e fornecer suporte adicional.

Elementos:

- Título: Deve refletir o conteúdo e chamar a atenção do leitor.

- Exemplo: “Como Gerenciar o Estresse: Causas e Soluções.”

- Subtítulos: Organizam o texto em seções e facilitam a navegação.

- Exemplo: “Causas do Estresse” e “Estratégias para Gerenciamento.”

- Introdução e Conclusão de Seções: As seções intermediárias devem começar com uma introdução clara e terminar com uma conclusão ou transição para a próxima seção.

- Referências e Citações: Oferecer evidências e fontes para apoiar os argumentos e dar credibilidade ao texto.

- Exemplo: “De acordo com Smith (2023),...”

- Coesão e Coerência

Coesão:

- Uso de Conectores: Palavras e frases que ajudam a ligar ideias e parágrafos, como “além disso”, “por outro lado”, “por exemplo”.

- Exemplo: “Além disso, estudos mostram que o estresse crônico pode levar a problemas de saúde graves.”

Coerência:

- Consistência Temática: As ideias devem estar logicamente conectadas e seguir uma linha de raciocínio clara.

- Exemplo: Manter o foco na discussão sobre estresse e evitar desvios para temas não relacionados.

Exemplos Práticos

1. Artigo Acadêmico:

- Introdução: Apresenta o problema de pesquisa, os objetivos do estudo e a hipótese.

- Desenvolvimento: Dividido em seções como revisão de literatura, metodologia, resultados e discussão.

- Conclusão: Resume os achados e sugere implicações ou direções para futuras pesquisas.

2. Texto Informativo:

- Introdução: Introduz o tema e a importância da informação.

- Desenvolvimento: Expõe informações e dados em parágrafos temáticos.

- Conclusão: Resume as principais informações e oferece uma visão geral.

3. Carta Formal:

- Introdução: Saudação formal e introdução do motivo da carta.

- Desenvolvimento: Detalhamento do assunto ou pedido.

- Conclusão: Resumo e agradecimento, seguido de uma assinatura formal.

Conclusão

A organização estrutural dos textos é essencial para a comunicação eficaz e a compreensão clara das ideias. Seguir uma estrutura organizada—com uma introdução clara, desenvolvimento lógico e uma conclusão coesa—ajuda a criar textos que são não apenas informativos, mas também agradáveis e fáceis de ler. A coesão e a coerência garantem que o texto seja fluente e que as ideias estejam bem conectadas.

MARCAS DE TEXTUALIDADE: COESÃO, COERÊNCIA E INTERTEXTUALIDADE

— Definições e diferenciação

Coesão e coerência são dois conceitos distintos, tanto que um texto coeso pode ser incoerente, e vice-versa. O que existe em comum entre os dois é o fato de constituírem mecanismos fundamentais para uma produção textual satisfatória.

Resumidamente, a coesão textual se volta para as questões gramaticais, isto é, na articulação interna do texto. Já a coerência textual tem seu foco na articulação externa da mensagem.

— Coesão Textual

Consiste no efeito da ordenação e do emprego adequado das palavras que proporcionam a ligação entre frases, períodos e parágrafos de um texto. A coesão auxilia na sua organização e se realiza por meio de palavras denominadas conectivos.

As técnicas de coesão

A coesão pode ser obtida por meio de dois mecanismos principais, a anáfora e a catáfora. Por estarem relacionados à mensagem expressa no texto, esses recursos classificam-se como endofóricas. Enquanto a anáfora retoma um componente, a catáfora o antecipa, contribuindo com a ligação e a harmonia textual.

As regras de coesão

Para que se garanta a coerência textual, é necessário que as regras relacionadas abaixo sejam seguidas.

Referência

– **Pessoal:** emprego de pronomes pessoais e possessivos.

Exemplo:

«Ana e Sara foram promovidas. Elas serão gerentes de departamento.» Aqui, tem-se uma referência pessoal anafórica (retoma termo já mencionado).

– **Comparativa:** emprego de comparações com base em semelhanças.

Exemplo:

“Mais um dia como os outros...”. Temos uma referência comparativa endofórica.

– **Demonstrativa:** emprego de advérbios e pronomes demonstrativos.

Exemplo:

“Inclua todos os nomes na lista, menos este: Fred da Silva.” Temos uma referência demonstrativa catafórica.

– **Substituição:** consiste em substituir um elemento, quer seja nome, verbo ou frase, por outro, para que ele não seja repetido.

Analise o exemplo:

“Iremos ao banco esta tarde, elas foram pela manhã.”

Perceba que a diferença entre a referência e a substituição é evidente principalmente no fato de que a substituição adiciona ao texto uma informação nova. No exemplo usado para a referência, o pronome pessoal retoma as pessoas “Ana e Sara”, sem acrescentar quaisquer informações ao texto.

– **Elipse:** trata-se da omissão de um componente textual – nominal, verbal ou frasal – por meio da figura denominando eclipse.

Exemplo:

“Preciso falar com Ana. Você a viu?” Aqui, é o contexto que proporciona o entendimento da segunda oração, pois o leitor fica ciente de que o locutor está procurando por Ana.

– **Conjunção:** é o termo que estabelece ligação entre as orações.

Exemplo:

“Embora eu não saiba os detalhes, sei que um acidente aconteceu.” Conjunção concessiva.

– **Coesão lexical:** consiste no emprego de palavras que fazem parte de um mesmo campo lexical ou que carregam sentido aproximado. É o caso dos nomes genéricos, sinônimos, hiperônimos, entre outros.

Exemplo:

“Aquele *hospital* público vive lotado. A *instituição* não está dando conta da demanda populacional.”

— Coerência Textual

A Coerência é a relação de sentido entre as ideias de um texto que se origina da sua argumentação – consequência decorrente dos saberes conhecimentos do emissor da mensagem. Um texto redundante e contraditório, ou cujas ideias introduzidas não apresentam conclusão, é um texto incoerente. A falta de coerência prejudica a fluência da leitura e a clareza do discurso. Isso quer dizer que a falta de coerência não consiste apenas na ignorância por parte dos interlocutores com relação a um determinado assunto, mas da emissão de ideias contrárias e do mal uso dos tempos verbais.

Observe os exemplos:

“A apresentação está finalizada, mas a estou concluindo até o momento.” Aqui, temos um processo verbal acabado e um inacabado.

“Sou vegana e só como ovos com gema mole.” Os veganos não consomem produtos de origem animal.

Princípios Básicos da Coerência

– **Relevância:** as ideias têm que estar relacionadas.

– **Não Contradição:** as ideias não podem se contradizer.

– **Não Tautologia:** as ideias não podem ser redundantes.

Fatores de Coerência

– **As inferências:** se partimos do pressuposto que os interlocutores partilham do mesmo conhecimento, as inferências podem simplificar as informações.

Exemplo:

“Sempre que for ligar os equipamentos, não se esqueça de que voltagem da lavadora é 220w”.

Aqui, emissor e receptor compartilham do conhecimento de que existe um local adequado para ligar determinado aparelho.

– **O conhecimento de mundo:** todos nós temos uma bagagem de saberes adquirida ao longo da vida e que é arquivada na nossa memória. Esses conhecimentos podem ser os chamados *scripts* (roteiros, tal como normas de etiqueta), planos (planejar algo com um objetivo, tal como jogar um jogo), esquemas (planos de funcionamento, como a rotina diária: acordar, tomar café da manhã, sair para o trabalho/escola), *frames* (rótulos), etc.

Exemplo:

“Coelhinho e ovos de chocolate! Vai ser um lindo Natal!”

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA; ARTS. 105 E 106

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Os Deputados Constituintes do Estado de Rondônia, afirmando o propósito de assegurar os princípios de liberdade e justiça, de favorecer o progresso socioeconômico e cultural, estabelecer o exercício dos direitos sociais e individuais, o império da lei, com fundamento nas tradições nacionais, estimulando os ideais de liberdade, de segurança, bem-estar, igualdade e fraternidade como valores supremos de uma sociedade pluralista e sem preconceitos, promulgam, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA.

TÍTULO II DOS PODERES DO ESTADO

(...)

CAPÍTULO IV DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

(...)

SEÇÃO III DA DEFENSORIA PÚBLICA

Art. 105. A Defensoria Pública do Estado é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do artigo 5º da Constituição Federal. (NR dada pela EC nº 90, de 29/10/2014 – DO-e-ALE. nº 170, 5/11/2014)

§ 1º São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, aplicando-se, também, no que couber, o disposto no artigo 93 e inciso II do artigo 96 da Constituição Federal. (NR dada pela EC nº 90, de 29/10/2014 – DO-e-ALE. nº 170, 5/11/2014)

§ 2º A Defensoria Pública do Estado tem por chefe o Defensor Público-Geral, nomeado pelo Governador do Estado, dentre os membros estáveis na carreira e maiores de 35 (trinta e cinco) anos de idade, escolhidos em lista tríplice formada pelo voto direto, secreto e plurinominal e obrigatório de seus membros, na forma prevista na Lei Complementar, para o mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução. (NR dada pela EC nº 90, de 29/10/2014 – DO-e-ALE. nº 170, 5/11/2014)

§ 3º À Defensoria Pública é assegurada a autonomia funcional, financeira, administrativa e orçamentária, cabendo-lhe: (O § 3º e seus incisos foram acrescidos pela EC nº 43, de 14/06/2006 – D.O.E. nº 562, de 25/07/2006)

I- praticar atos próprios de gestão;

II- praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa dos membros da carreira e dos servidores dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;

III- adquirir bens e contratar serviços;

IV- privativamente propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de seus cargos da carreira de Defensor Público do Estado e de seus servidores auxiliares, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos dos mesmos;

V- prover seus cargos, por nomeação, remoção, promoção e demais formas de provimento derivado;

VI- editar atos de aposentadoria, exoneração, demissão, afastamento e outros que importem vacância do cargo da carreira e dos serviços auxiliares, bem como os de disponibilidade de membro da sua carreira e dos servidores dos serviços auxiliares;

VII- organizar os serviços de apoio institucional e administrativo das Defensorias Públicas de Primeira e Segunda Instâncias;

VIII- elaborar e aprovar seu regimento interno e dos seus órgãos colegiados;

IX- elaborar sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

(NR dada pela EC nº 90, de 29/10/2014 – DO-e-ALE. nº 170, 5/11/2014)

X- exercer outras atribuições que forem definidas em lei.

Art. 105-A. A Lei Complementar, de iniciativa do Defensor Público-Geral, conforme normas gerais e princípios institucionais estabelecidos em lei complementar federal, organizará e estruturará a Defensoria Pública do Estado em cargos de carreira, providos na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, observando-se em relação aos seus membros: (O Art. 105-A, seus incisos e alíneas foram acrescidos pela EC nº 43, de 14/06/2006 – D.O.E. nº 562, de 25/07/2006)

I- as seguintes garantias:

a) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do Conselho Superior da Defensoria Pública, por voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, assegurada ampla defesa;

b) irredutibilidade da remuneração;

c) estabilidade, após 3 (três) anos de exercício, não podendo ser demitido do cargo senão por sentença judicial ou em consequência de processo disciplinar administrativo em que lhes seja assegurada ampla defesa;

d) promoção voluntária de categoria para categoria, alternadamente, por antiguidade e merecimento, esta por meio de lista tríplice no terço mais antigo da carreira elaborada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública;

e) aposentadoria e pensão de seus dependentes, em conformidade com o disposto no artigo 40 da Constituição Federal;

II - entre outras, as seguintes vedações:

a) receber, a qualquer título e sobre qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;

b) exercer a advocacia;

c) participar de sociedade comercial, na forma da lei;

d) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;

e) REVOGADO (Revogado pela EC nº 090, 29/10/2014 – DO-e-ALE nº 170, de 5/11/2014)

f) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.

Art. 106. Os servidores integrantes das carreiras disciplinadas nas Seções II e III deste Capítulo serão remunerados na forma do artigo 39, § 4º, da Constituição Federal. (NR dada pela EC nº 43, de 14/06/2006 – D.O.E. nº 562, de 25/07/2006)

(...)

**LEI COMPLEMENTAR Nº 117/1994 E SUAS ALTERAÇÕES
(CRIA A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA)**

LEI Nº 117/1994

Cria a Defensoria Pública do estado de Rondônia, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, faço saber que Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**TÍTULO I
DA DEFENSORIA PÚBLICA**

**CAPÍTULO ÚNICO
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

(Redação dada pela Lei Complementar n. 357, de 26/07/2006)

Art. 1º. A Defensoria Pública é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe prestar gratuita e integral assistência jurídica, judicial e extrajudicial aos necessitados, compreendendo a orientação, postulação e defesa de seus direitos e interesses em todos os graus e instâncias, na forma do artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal. (Redação dada pela Lei Complementar n. 357, de 26/07/2006)

Art. 2º. São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional. (Redação dada pela Lei Complementar n. 357, de 26/07/2006)

Art. 3º. São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras:

I – promover, extrajudicialmente, a conciliação entre as partes em conflito de interesses;

II – patrocinar aos juridicamente necessitados à ação penal privada, à subsidiária da pública, à ação civil, e às defesas em ação civil, com todos recursos e meios a elas inerentes em qualquer foro ou grau de jurisdição;

III – patrocinar a defesa na ação penal aos juridicamente necessitados ou revés, com todos os recursos e meios a ela inerentes, em qualquer foro ou grau de jurisdição;

IV – atuar como Curador Especial, nos casos previstos em lei;

V – exercer a defesa da criança e do adolescente;

VI – atuar junto aos estabelecimentos policiais e penitenciários, visando assegurar à pessoal, sob quaisquer circunstâncias, o exercício dos direitos e garantias individuais.

VII – atuar junto ao Juizado de Pequenas Causas e patrocinar a defesa dos direitos e interesses do consumidor lesado;

VIII – prestar orientação e assistência jurídica aos juridicamente necessitados;

IX – promover a defesa em processo administrativo ao necessário ou revel.

§1º. A Defensoria Pública, por seus membros, poderá representar a parte, judicial ou administrativamente, independente de instrumento procuratório e patrocinar todos os atos de procedimento ou de processo, inclusive os recursais, ressalvados os casos para os quais a lei exija poderes especiais.

§2º. As funções institucionais da Defensoria Pública serão exercidas inclusive contra as Pessoas Jurídicas de Direito Público.

§3º. A Defensoria Pública fica autorizada a celebrar convênios com órgãos e entidades federais, estaduais ou municipais, para a execução dos seus serviços.

§4º. É assegurada a gratuidade de publicação de Editais e assuntos de interesse da Defensoria Pública, perante a Imprensa Oficial do Estado.

§5º. A Defensoria Pública comporá e será representada, obrigatoriamente, nos conselhos abaixo relacionados:

I – Conselho de Segurança Pública, representada pelo Defensor Público-Geral;

II – Conselho Estadual Penitenciário, na vaga destinada a advogado especializado em Direito Penal;

III – Conselho Estadual de Política Criminal;

IV – Conselho Estadual de Entorpecentes;

V – Conselho Estadual de Trânsito;

VI – Conselho Estadual de Defesa dos Direitos das Pessoa Humana;

VII – Conselho Estadual do Meio Ambiente;

VIII – Conselho Estadual de Defesa do Consumidor.

Art. 4º. À Defensoria Pública do Estado é assegurada autonomia funcional, administrativa, financeira e iniciativa de sua proposta orçamentária, dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º da Constituição Federal, cabendo-lhe especialmente: (Redação dada pela Lei Complementar n. 357, de 26/07/2006)

I - praticar atos próprios de gestão; (Inciso acrescido pela Lei Complementar n. 357, de 26/07/2006)

II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal ativo da carreira e dos serviços auxiliares organizados em quadros próprios; (Inciso acrescido pela Lei Complementar n. 357, de 26/07/2006)

III - elaborar suas folhas de pagamentos e expedir os competentes demonstrativos; (Inciso acrescido pela Lei Complementar n. 357, de 26/07/2006)

IV - adquirir bens e contratar serviços efetuando a respectiva contabilização; (Inciso acrescido pela Lei Complementar n. 357, de 26/07/2006)

V - privativamente propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de seus cargos da carreira de Defensor Público do Estado e de seus servidores auxiliares, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos dos mesmos; (Inciso acrescido pela Lei Complementar n. 357, de 26/07/2006)

VI - prover os cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares, bem como nos casos de remoção, promoção e demais formas de provimento derivado; (Inciso acrescido pela Lei Complementar n. 357, de 26/07/2006)

VII - editar atos de aposentadoria, exoneração e outros que importem à vacância ou não de cargos de carreira e dos serviços auxiliares, bem como os de disponibilidade de membros da Defensoria Pública do Estado e de seus servidores dos serviços auxiliares; (Inciso acrescido pela Lei Complementar n. 357, de 26/07/2006)

VIII - instituir e organizar seus órgãos de apoio administrativo e os serviços auxiliares; (Inciso acrescido pela Lei Complementar n. 357, de 26/07/2006)

IX - compor os seus órgãos de administração superior, de atuação e de execução; (Inciso acrescido pela Lei Complementar n. 357, de 26/07/2006)

X - conceder aos seus servidores e Membros: diárias, ajuda de custo, auxílio-alimentação, auxílio-transporte e auxílio-saúde; em valores definidos em regulamento expedido pelo Defensor Público-Geral do Estado; (Artigo vetado pelo Governador do Estado e mantido pela Assembleia Legislativa, Lei Complementar n. 357, de 26/07/2006)

XI - elaborar seus regimentos internos, inclusive de seus órgãos colegiados; (Inciso acrescido pela Lei Complementar n. 357, de 26/07/2006)

XII - exercer outras competências decorrentes de sua autonomia. (Inciso acrescido pela Lei Complementar n. 357, de 26/07/2006)

§ 1º. A Defensoria Pública do Estado elaborará sua proposta orçamentária atendendo aos seus princípios, às diretrizes estabelecidas no Plano Anual de Atuação e aos limites definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, encaminhando-a diretamente ao chefe do Poder Executivo que a submeterá ao Poder Legislativo. (Parágrafo acrescido pela Lei Complementar n. 357, de 26/07/2006)

§2º. Os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias próprias e globais, compreendidos os créditos suplementares e especiais, ser-lhe-ão entregues até o dia 20 (vinte) de cada mês, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º da Constituição Federal. (Parágrafo acrescido pela Lei Complementar n. 357, de 26/07/2006)

Art. 5º. Fica criado o Fundo Especial da Defensoria Pública (FUNDEP), com a finalidade de fomentar o desenvolvimento cultural dos membros da Instituição, via de aplicação integral dos recursos no Centro de Estudos da Defensoria Pública do Estado. (Redação dada pela Lei Complementar n. 357, de 26/07/2006)

§1º. Constituirão receita do Fundo Especial os recursos próprios da Defensoria Pública não vinculados ao orçamento anual e as verbas de sucumbência de ações em que a Defensoria Pública tenha funcionado.

§2º. O Fundo Especial e o Centro de Estudos previstos neste artigo serão regulamentados e administrados na forma de Regimentos aprovados pelo Conselho Superior da Defensoria Pública. (Redação dada pela Lei Complementar n. 357, de 26/07/2006)

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

CAPÍTULO I DA ESTRUTURA

Art. 6º. A Defensoria Pública compreende:

I – órgãos de administração superior:

a) Defensoria Pública-Geral do Estado;

b) Subdefensoria Pública-Geral do Estado e Subdefensoria do Interior e Atuação Estratégica; (Redação dada pela Lei Complementar n. 1.199, de 08 de setembro de 2023)

c) o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado;

d) a Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado;

II – órgãos de atuação:

a) os Núcleos da Defensoria Pública do Estado nas Comarcas; (Redação dada pela Lei Complementar n. 357, de 26/07/2006)

b) os Núcleos da Defensoria Pública do Estado Especializado; (Redação dada pela Lei Complementar n. 357, de 26/07/2006)

§1º. Os Núcleos da Defensoria Pública nas Comarcas serão criados e organizados por ato do Defensor Público-Geral, na conformidade da instalação de comarcas segundo a Lei de Organização Judiciária do Estado, e serão coordenados por um Coordenador. (Parágrafo acrescido pela Lei Complementar n. 357, de 26/07/2006)

§2º. Os Núcleos da Defensoria Pública Especializados serão criados pelo Conselho Superior e serão coordenados por um Coordenador. (Parágrafo acrescido pela Lei Complementar n. 357, de 26/07/2006)

III – órgãos de execução:

a) os Defensores Públicos do Estado

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

SEÇÃO I

DO DEFENSOR PÚBLICO GERAL E DO SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO

Art. 7º. A Defensoria Pública é dirigida pelo Defensor Público-Geral, nomeado pelo Governador do Estado, mediante aprovação prévia de seu nome pela Assembleia Legislativa, dentro da lista tríplice formada por membros de carreira, maiores de 35 anos e que tenham cumprido o estágio probatório, escolhida em votação secreta pelos Defensores, para um mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução. (Redação dada pela Lei Complementar n. 357, de 26/07/2006) (vide § 2º do art. 105 da Constituição do Estado de Rondônia - disponível para consulta no link Constituição do Estado de Rondônia)

§1º. O Defensor Público-Geral será substituído nas faltas, licenças, férias e impedimentos, pelo Subdefensor Público-Geral, por ele nomeado, dentre os Defensores Públicos, membros da carreira, maiores de 35 (trinta e cinco) anos de idade e que

tenham cumprido estágio probatório, para um mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução. (Redação dada pela Lei Complementar n. 373, de 3/5/2007)

§2º. O Defensor Público-Geral do Estado terá idêntico tratamento cerimonial concedido ao Procurador-Geral de Justiça do Estado. (Redação dada pela Lei Complementar n. 357, de 26/07/2006)

Art. 8º. Compete ao Defensor Público-Geral:

I – dirigir a Defensoria Pública do Estado, superintender e coordenar suas atividades e orientar sua atuação;

II – representar a Defensoria Pública Judicial e extrajudicialmente;

III – velar pelo cumprimento das finalidades da instituição;

IV – integrar como membro nato, e presidir o Conselho Superior da Defensoria Pública;

V – baixar o Regimento Interno da Defensoria Pública do Estado, os Regulamentos de seus órgãos auxiliares e do estágio forense, bem como atos normativos inerentes as suas atribuições, composição e funcionamento dos demais órgãos da Defensoria, atribuições dos membros da Defensoria Pública e dos demais servidores, ouvido o Conselho Superior;

VI – autorizar os afastamentos dos membros da Defensoria Pública do Estado;

VII – estabelecer horário de funcionamento, a lotação e a distribuição dos membros e dos servidores da Defensoria Pública;

VIII – dirimir conflitos de atribuições entre membros da Defensoria Pública, com recursos para o seu Conselho Superior;

IX – proferir decisões nas sindicâncias e processos administrativos disciplinares promovidos pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública;

X – instaurar processo disciplinar contra membros e servidores da Defensoria Pública do Estado;

XI – abrir concurso público para ingresso na carreira da Defensoria Pública do Estado;

XII – determinar correções extraordinárias;

XIII – praticar atos de gestão administrativa, financeira e de pessoal;

XIV – convocar e presidir as reuniões do Conselho Superior da Defensoria;

XV – designar membro da Defensoria Pública do Estado para exercício de suas atribuições em órgão de atuação diverso de sua lotação ou, em caráter excepcional, perante Juízos, Tribunais ou outros órgãos diferentes dos estabelecidos para cada categoria;

XVI – firmar convênios com entidades públicas ou particulares, com vistas ao aperfeiçoamento e desenvolvimento do quadro de Defensores Públicos e à execução da assistência judiciária;

XVII – encaminhar ao Poder Executivo os expedientes, atos e estudos do interesse da Defensoria Pública;

XVIII – propor ao Conselho Superior a remoção, disponibilidade, demissão, cassação de aposentadoria, reintegração, aproveitamento de membro da Defensoria Pública, e aprovação de candidatos em estágio probatório;

XIX – propor à Chefia do Governo ou aos titulares das Secretarias de Estado providências de teor jurídico, que lhes pareçam reclamadas pelo interesse público;

XX – constituir comissão de sindicância, inquéritos e processos, bem como aplicar penas disciplinares e mandar proceder a correção, sempre que julgar necessário, nos serviços afetos à Defensoria Pública;

XXI – dar provimento aos cargos da Defensoria Pública e dos serviços auxiliares, praticando os atos relativos a pessoal, inclusive os concernentes a concessão de vantagens, indenizações, férias, licenças, dispensas de serviços e aplicação de sanções;

XXII – designar membros da Defensoria Pública para o desempenho de tarefas especiais;

XXIII – delegar, no interesse do serviço, atribuições de sua competência;

XXIV – avocar, fundamentadamente, atribuições específicas de qualquer membro da Defensoria Pública “ad referendum” do Conselho Superior;

XXV – determinar o apostilamento de títulos de membros da Defensoria Pública;

XXVI – designar e acolher estagiários nos termos do Regimento Interno;

XXVII – elaborar proposta orçamentária da Defensoria Pública e aplicar as respectivas dotações;

XXVIII – elaborar, anualmente, a lista de antiguidade dos membros da Defensoria Pública, fazendo-a publicar no Diário Oficial;

XXIX – exercer as demais funções que lhe forem atribuídas por lei.

Parágrafo único. Para desempenho de suas funções o Defensor Público-Geral poderá requisitar de qualquer autoridade pública e de seus agentes, ou de entidade particular, certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e demais providências necessárias à atuação da Defensoria Pública.

SEÇÃO II

DA SUBDEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO

Art. 9º. Ao Subdefensor Público-Geral compete:

I – substituir o Defensor Público-Geral em suas faltas, licenças, férias e impedimentos;

II – integrar, como membro nato, o Conselho Superior da Defensoria Pública;

III – supervisionar as atividades administrativas da Defensoria Pública;

IV – desempenhar funções ou missões delegadas pelo Defensor Público-Geral;

V – (Inciso revogado pela Lei Complementar n. 1.199, de 08 de setembro de 2023)

Art. 9º-A Ao Subdefensor Público do Interior e Atuação Estratégica compete: (Artigo acrescentado pela Lei Complementar n. 1.199, de 08 de setembro de 2023)

I - coordenar e controlar os serviços da Defensoria Pública no interior do Estado, dando ciência ao Defensor Público-Geral;

II - coordenar a atuação estratégica da Defensoria Pública na atividade finalística; e

III - desempenhar funções ou missões delegadas pelo Defensor Público-Geral.”(NR)

SEÇÃO III

DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA

Art. 10. O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado é órgão normativo, consultivo e deliberativo, incumbido de superintender a atuação da Defensoria Pública, bem como zelar pela observância dos princípios institucionais do órgão.

LÓGICA: PROPOSIÇÕES, CONECTIVOS, EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS, QUANTIFICADORES E PREDICADOS

PROPOSIÇÕES

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- **Verdadeiro (V)**, caso a proposição seja verdadeira.
- **Falso (F)**, caso a proposição seja falsa.

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$
Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.
- **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.
Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.
- **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”
Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

• Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: “Quando será a prova?”
- Frases exclamativas: “Que maravilhoso!”
- Frases imperativas: “Desligue a televisão.”
- Frases sem sentido lógico: “Esta frase é falsa.”

• Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- Sentença fechada e verdadeira: “ $2 + 2 = 4$ ”
- Sentença fechada e falsa: “O Brasil é uma ilha”

Proposições Simples e Compostas

As proposições podem ainda ser classificadas em simples e compostas, dependendo da estrutura e do número de ideias que expressam:

• Proposições Simples (ou Atômicas)

São proposições que não contêm outras proposições como parte integrante de si mesmas. São representadas por letras minúsculas, como p, q, r, etc.

Exemplos:

- p: “João é engenheiro.”
- q: “Maria é professora.”

• Proposições Compostas (ou Moleculares)

Formadas pela combinação de duas ou mais proposições simples. São representadas por letras maiúsculas, como P, Q, R, etc., e usam conectivos lógicos para relacionar as proposições simples.

Exemplo:

- P: “João é engenheiro e Maria é professora.”

Classificação de Frases

Ao classificarmos frases pela possibilidade de atribuir-lhes um valor lógico (verdadeiro ou falso), conseguimos distinguir entre aquelas que podem ser usadas em raciocínios lógicos e as que não podem. Vamos ver alguns exemplos e suas classificações.

“O céu é azul.” – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).

“Quantos anos você tem?” – Sentença aberta (é uma pergunta, sem valor lógico).

“João é alto.” – Proposição lógica (podemos afirmar ou negar).

“Seja bem-vindo!” – Não é proposição lógica (é uma saudação, sem valor lógico).

“ $2 + 2 = 4$.” – Sentença fechada (podemos atribuir valor lógico, é uma afirmação objetiva).

“Ele é muito bom.” – Sentença aberta (não se sabe quem é “ele” e o que significa “bom”).

“Choveu ontem.” – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).

“Esta frase é falsa.” – Não é proposição lógica (é um paradoxo, sem valor lógico).

“Abra a janela, por favor.” – Não é proposição lógica (é uma instrução, sem valor lógico).

“O número x é maior que 10.” – Sentença aberta (não se sabe o valor de x)

Agora veremos um exemplo retirado de uma prova:

1. (CESPE/UNB) Na lista de frases apresentadas a seguir:

- "A frase dentro destas aspas é uma mentira."
- A expressão $x + y$ é positiva.
- O valor de $\sqrt{4 + 3} = 7$.
- Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.
- O que é isto?

Há exatamente:

- (A) uma proposição;
- (B) duas proposições;
- (C) três proposições;
- (D) quatro proposições;
- (E) todas são proposições.

Resolução:

Analisemos cada alternativa:

(A) A frase é um paradoxo, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.

(B) Não sabemos os valores de x e y , então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. É uma sentença aberta e não é uma proposição lógica.

(C) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa. É uma proposição lógica.

(D) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa, independente do número exato. É uma proposição lógica.

(E) É uma pergunta, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.

Resposta: B.

CONNECTIVOS LÓGICOS

Para formar proposições compostas a partir de proposições simples, utilizamos conectivos lógicos. Esses conectivos estabelecem relações entre as proposições, criando novas sentenças com significados mais complexos. São eles:

Operação	Conectivo	Estrutura Lógica	Exemplos		
			p	q	Resultado
Negação	\sim ou $-$	Não p	"Hoje é domingo"	-	$\sim p$: "Hoje não é domingo"
Conjunção	\wedge	p e q	"Estudei"	"Passei na prova"	$p \wedge q$: "Estudei e passei na prova"
Disjunção Inclusiva	\vee	p ou q	"Vou ao cinema"	"Vou ao teatro"	$p \vee q$: "Vou ao cinema ou vou ao teatro"
Disjunção Exclusiva	\oplus	Ou p ou q	"Ganhei na loteria"	"Recebi uma herança"	$p \oplus q$: "Ou ganhei na loteria ou recebi uma herança"
Condicional	\rightarrow	Se p então q	"Está chovendo"	"Levarei o guarda-chuva"	$p \rightarrow q$: "Se está chovendo, então levarei o guarda-chuva"
Bicondicional	\leftrightarrow	p se e somente se q	"O número é par"	"O número é divisível por 2"	$p \leftrightarrow q$: "O número é par se e somente se é divisível por 2"

Exemplo:

2. (VUNESP) Os conectivos ou operadores lógicos são palavras (da linguagem comum) ou símbolos (da linguagem formal) utilizados para conectar proposições de acordo com regras formais preestabelecidas. Assinale a alternativa que apresenta exemplos de conjunção, negação e implicação, respectivamente.

- (A) $\sim p$, $p \vee q$, $p \wedge q$
- (B) $p \wedge q$, $\sim p$, $p \rightarrow q$
- (C) $p \rightarrow q$, $p \vee q$, $\sim p$
- (D) $p \vee p$, $p \rightarrow q$, $\sim q$
- (E) $p \vee q$, $\sim q$, $p \vee q$

Resolução:

Precisamos identificar cada conectivo solicitado na ordem correta. A conjunção é o conectivo \wedge , como em $p \wedge q$. A negação é representada pelo símbolo \neg , como em $\neg p$. A implicação é representada pelo símbolo \rightarrow , como em $p \rightarrow q$.

Resposta: B.

Proposições Condicionais e suas Relações

– **Condições Necessárias e Suficientes:** As proposições condicionais podem ser interpretadas com base nos conceitos de condição necessária e suficiente. $p \rightarrow q$ significa que:

– p é uma condição suficiente para q : se p ocorre, q deve ocorrer.

– q é uma condição necessária para p : q deve ocorrer para que p ocorra.

Exemplo:

“Se uma planta é uma rosa, então ela é uma flor”

– Ser uma rosa é suficiente para ser uma flor

– Ser uma flor é necessário para ser uma rosa.

– **Negação:** Negar uma proposição significa trocar seu valor lógico.

Exemplo:

p : “Hoje é domingo.” $\rightarrow \neg p$: “Hoje não é domingo.”

– **Contra-positiva:** A contra-positiva de uma proposição $p \rightarrow q$ é $\neg q \rightarrow \neg p$.

Exemplo:

“Se está chovendo, então levarei o guarda-chuva.” \rightarrow Contra-positiva: “Se não levo o guarda-chuva, então não está chovendo.”

– **Recíproca:** A recíproca de uma proposição $p \rightarrow q$ é $q \rightarrow p$.

Exemplo:

“Se está chovendo, então levarei o guarda-chuva.” \rightarrow Recíproca: “Se levo o guarda-chuva, então está chovendo.”

TABELA VERDADE

A tabela verdade é uma ferramenta para analisar o valor lógico de proposições compostas. O número de linhas em uma tabela depende da quantidade de proposições simples (n):

$$\text{Número de Linhas} = 2^n$$

Vamos agora ver as tabelas verdade para cada conectivo lógico:

p	q	$\sim p$	$p \wedge q$	$p \vee q$	$p \oplus q$	$p \rightarrow q$	$p \leftrightarrow q$
V	V	F	V	V	F	V	V
V	F	F	F	V	V	F	F
F	V	V	F	V	V	V	F
F	F	V	F	F	F	V	V

Exemplo:

3. (CESPE/UNB) Se “A”, “B”, “C” e “D” forem proposições simples e distintas, então o número de linhas da tabela-verdade da proposição $(A \rightarrow B) \leftrightarrow (C \rightarrow D)$ será igual a:

(A) 2;

(B) 4;

(C) 8;

(D) 16;

(E) 32.

Resolução:

Temos 4 proposições simples (A, B, C e D), então aplicamos na fórmula 2^n , onde n é o número de proposições. Assim, $2^4 = 16$ linhas.

Resposta D.

TAUTOLOGIA, CONTRADIÇÃO E CONTINGÊNCIA

As proposições compostas podem ser classificadas de acordo com o seu valor lógico final, considerando todas as possíveis combinações de valores lógicos das proposições simples que as compõem. Essa classificação é fundamental para entender a validade de argumentos lógicos:

– **Tautologia**

Uma tautologia é uma proposição composta cujo valor lógico final é sempre verdadeiro, independentemente dos valores das proposições simples que a compõem. Em outras palavras, não importa se as proposições simples são verdadeiras ou falsas; a proposição composta será sempre verdadeira. Tautologias ajudam a validar raciocínios. Se uma proposição complexa é tautológica, então o argumento que a utiliza é logicamente consistente e sempre válido.

Exemplo: A proposição “ p ou não- p ” (ou $p \vee \sim p$) é uma tautologia porque, seja qual for o valor de p (verdadeiro ou falso), a proposição composta sempre terá um resultado verdadeiro. Isso reflete o Princípio do Terceiro Excluído, onde algo deve ser verdadeiro ou falso, sem meio-termo.

– **Contradição**

Uma contradição é uma proposição composta que tem seu valor lógico final sempre falso, independentemente dos valores lógicos das proposições que a compõem. Assim, qualquer que seja o valor das proposições simples, o resultado será falso. Identificar contradições em um argumento é essencial para determinar inconsistências lógicas. Quando uma proposição leva a uma contradição, isso significa que o argumento em questão não pode ser verdadeiro.

Exemplo: A proposição “ p e não- p ” (ou $p \wedge \sim p$) é uma contradição, pois uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo. Esse exemplo reflete o Princípio da Não Contradição, que diz que uma proposição não pode ser simultaneamente verdadeira e falsa.

– **Contingência**

Uma contingência é uma proposição composta cujo valor lógico final pode ser tanto verdadeiro quanto falso, dependendo dos valores das proposições simples que a compõem. Diferentemente das tautologias e contradições, que são invariavelmente verdadeiras ou falsas, as contingências refletem casos em que o valor lógico não é absoluto e depende das circunstâncias. Identificar contradições em um argumento é essencial para determinar inconsistências lógicas. Quando uma proposição leva a uma contradição, isso significa que o argumento em questão não pode ser verdadeiro.

Exemplo: A proposição “se p então q” (ou $p \rightarrow q$) é uma contingência, pois pode ser verdadeira ou falsa dependendo dos valores de p e q. Caso p seja verdadeiro e q seja falso, a proposição composta será falsa. Em qualquer outra combinação, a proposição será verdadeira.

Exemplo:

4. (CESPE) Um estudante de direito, com o objetivo de sistematizar o seu estudo, criou sua própria legenda, na qual identificava, por letras, algumas afirmações relevantes quanto à disciplina estudada e as vinculava por meio de sentenças (proposições). No seu vocabulário particular constava, por exemplo:

P: Cometeu o crime A.

Q: Cometeu o crime B.

R: Será punido, obrigatoriamente, com a pena de reclusão no regime fechado.

S: Poderá optar pelo pagamento de fiança.

Ao revisar seus escritos, o estudante, apesar de não recordar qual era o crime B, lembrou que ele era inafiançável. Tendo como referência essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

A sentença $(P \rightarrow Q) \leftrightarrow ((\sim Q) \rightarrow (\sim P))$ será sempre verdadeira, independentemente das valorações de P e Q como verdadeiras ou falsas.

() CERTO

() ERRADO

Resolução:

Temos a sentença $(P \rightarrow Q) \leftrightarrow ((\sim Q) \rightarrow (\sim P))$.

Sabemos que $(\sim Q) \rightarrow (\sim P)$ é equivalente a $P \rightarrow Q$, então podemos substituir:

$P \rightarrow Q \leftrightarrow P \rightarrow Q$

Considerando $P \rightarrow Q = A$, temos:

$A \leftrightarrow A$

Uma bicondicional (\leftrightarrow) é verdadeira quando ambos os lados têm o mesmo valor lógico.

Como ambos os lados são A, eles sempre terão o mesmo valor.

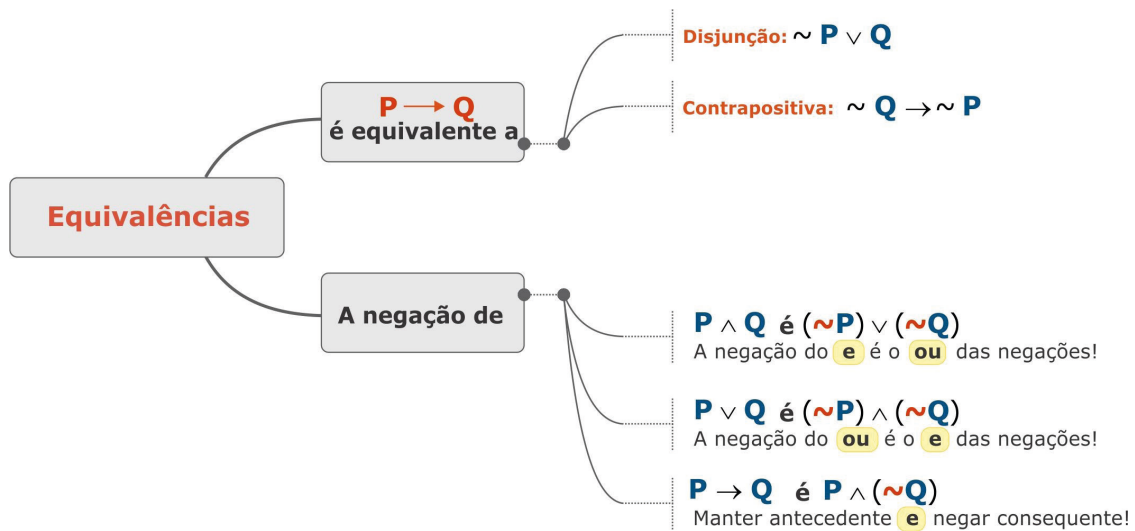
Logo a sentença é sempre verdadeira, independentemente dos valores de P e Q.

Resposta: Certo.

EQUIVALÊNCIA

Duas ou mais proposições compostas são equivalentes, quando mesmo possuindo estruturas lógicas diferentes, apresentam a mesma solução em suas respectivas tabelas verdade.

Se as proposições $P(p,q,r,...)$ e $Q(p,q,r,...)$ são ambas TAUTOLOGIAS, ou então, são CONTRADIÇÕES, então são EQUIVALENTES.



Exemplo:

5. (VUNESP/TJSP) Uma negação lógica para a afirmação “João é rico, ou Maria é pobre” é:

(A) Se João é rico, então Maria é pobre.

(B) João não é rico, e Maria não é pobre.

(C) João é rico, e Maria não é pobre.

(D) Se João não é rico, então Maria não é pobre.

HISTÓRIA DE RONDÔNIA

COLONIZAÇÃO E OCUPAÇÃO INICIAL - POVOS INDÍGENAS ORIGINÁRIOS: ETNIAS E MODOS DE VIDA, EXPEDIÇÕES COLONIAIS E ENTRADAS BANDEIRANTES

Os povos indígenas habitaram o atual território de Rondônia por milênios, como revelam estudos arqueológicos. Inicialmente atribuído à Espanha pelo Tratado de Tordesilhas, a exploração da área só começou no século XVIII, com missões religiosas que buscavam catequizar e pacificar os nativos.

Em 1621, o território passou para administração portuguesa durante a União Ibérica e ficou sob o Estado do Maranhão e Grão-Pará. Expedições portuguesas, como as de Pedro Teixeira em 1637 e Raposo Tavares em 1647, percorreram a região dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira, enfrentando dificuldades de navegação devido a cachoeiras.

Na segunda metade do século XVII, os jesuítas espanhóis estabeleceram missões no vale do Rio Mamoré, na Bolívia. O interesse aumentou após a descoberta de ouro no Mato Grosso em 1719, o que atraiu novos exploradores. Em 1728, foi fundada a missão de Santo Antônio das Cachoeiras (atual Porto Velho) no território de Rondônia.

O século XVIII trouxe disputas territoriais entre Portugal e Espanha, culminando no Tratado de Madrid em 1750, que confirmou a posse portuguesa do Mato Grosso, e na construção de fortes para proteção da fronteira, como o Forte Príncipe da Beira, concluído em 1783.

A região era estratégica pela navegação e foi palco de intensos conflitos e tentativas de povoamento e defesa, incentivadas por administrações como a do Marquês de Pombal, que criou a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

Com a divisão administrativa do Brasil, Rondônia ficou entre as províncias do Rio Negro e Mato Grosso em 1821. A região amazônica se destaca pela vasta planície aluvial e uma floresta equatorial que integra diversos países sul-americanos.

A colonização amazônica visava explorar riquezas minerais e vegetais e consolidar uma base mercantilista, enquanto exploradores como Vicente Pizón e Francisco Orellana lideraram importantes expedições pelos rios amazônicos nos séculos XVI e XVII.

Primeiras Expedições

Desde a expedição de Vicente Pinzón em 1500, quando foi descoberta a foz do Rio Amazonas, até aproximadamente 1570, cerca de 24 expedições espanholas tentaram adentrar a Amazônia. Entre as mais notáveis, destacam-se a de Francisco de Orellana, em 1542, e a de Pedro de Ursua/Lopo de Aguirre, entre 1560-1561, que percorreram toda a extensão do Rio Solimões-Amazonas.

Expedição de Francisco de Orellana

Após a conquista do Peru em 1532 pelas tropas de Francisco Pizarro, os espanhóis seguiram para explorar o noroeste da América do Sul e a Bacia Amazônica. Orellana tinha o objetivo de encontrar uma rota para especiarias, concorrendo com os portugueses. Sua expedição partiu de Cuzco, passando por Quito, com aproximadamente 220 espanhóis e cerca de 4 mil indígenas.

Expedição de Pedro Teixeira

Durante a União Ibérica, Portugal recebeu ordens para explorar o oeste da Amazônia, então sob domínio espanhol. A expedição liderada por Pedro Teixeira partiu de São Luís, em julho, em direção a Belém, composta por 47 canoas, 70 portugueses, aproximadamente 2 mil indígenas remeiros e arqueiros, com Briebe e Toledo como guias, e chegou a Quito em 12 meses.

Atuação dos Missionários na Amazônia Colonial

No século XVII, a Amazônia foi percorrida por diversos grupos: sertanistas em busca de “drogas do sertão,” expedições oficiais, tropas de apresamento, e missionários que buscavam catequizar e proteger os nativos. A presença portuguesa expandiu o território e resultou na fundação de vilas, fortes e missões ao longo dos rios Amazonas, Branco, Negro, Madeira, Tapajós e Xingu. D. João IV dividiu a região entre ordens religiosas, e os jesuítas se destacaram na defesa dos indígenas, com figuras como o Padre Antônio Vieira, que restaurou a autoridade jesuítica em 1680 e decretou a liberdade dos indígenas.

Política Colonial Portuguesa e os Indígenas

O governo português implementou três estratégias para ocupar a Amazônia: criação de capitanias reais e hereditárias, missões religiosas (jesuítas, carmelitas, franciscanos e mercedários), e medidas que consideravam os indígenas livres, exceto em alguns casos previstos por lei, ficando sua integração sob responsabilidade missionária. As formas de inserção dos indígenas na sociedade incluíam o “descimento” (persuasão missionária) e o aldeamento.

Tratados Importantes

- **Tratado de Tordesilhas (1494):** estabeleceu as áreas de domínio entre Portugal e Espanha sobre o mundo extraeuropeu.
- **Tratado de Lisboa (1681):** estipulou a devolução da Colônia do Sacramento à Espanha.
- **Primeiro Tratado de Utrecht (1713):** entre Portugal e França, definiu o rio Oiapoque como fronteira entre a Guiana e a Capitania do Cabo do Norte.
- **Segundo Tratado de Utrecht (1715):** entre Portugal e Espanha, resultou na devolução da Colônia do Sacramento a Portugal.
- **Tratado de El Pardo (1761):** anulou o Tratado de Madri.

– **Tratado de Santo Ildefonso (1777):** confirmou o Tratado de Madri, devolvendo a Portugal a ilha de Santa Catarina e entregando à Espanha a Colônia do Sacramento e a região dos Sete Povos.

Marquês de Pombal

Em 1759, o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas das colônias portuguesas, especialmente da Amazônia. Em 1798, o Diretório dos Índios foi abolido devido à corrupção e abusos das autoridades locais. Para proteger a Amazônia, o Estado do Grão-Pará e Maranhão foi criado em 1751, sob o comando de Francisco Furtado, meio-irmão de Pombal. No início do século XVII, Francisco Caldeira Castelo Branco foi enviado para expulsar estrangeiros da Amazônia, fundando o Forte do Presépio, que deu origem à cidade de Belém.

O Estado de Rondônia foi oficialmente criado pela Lei Complementar 041, de 22 de dezembro de 1981, sancionada pelo presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo. O coronel Jorge Teixeira de Oliveira foi nomeado como seu primeiro governador em 29 de dezembro de 1981, e a instalação oficial ocorreu em 4 de janeiro de 1982.

Administração de Pombal

No século XVIII, o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, implementou mudanças políticas e econômicas em Portugal, inspirado pelos ideais iluministas. Seu objetivo era reduzir a dependência econômica de Portugal em relação à Inglaterra. Em 1750, o Tratado de Madri concedeu a Portugal a Amazônia e a região dos Sete Povos das Missões, enquanto a Espanha recuperou a Colônia de Sacramento.

A centralização política de Portugal visava explorar as riquezas da Amazônia. Como parte dessa estratégia, foi criada a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, monopolizando o comércio de “drogas do sertão,” anteriormente controlado pelos missionários.

Real Forte do Príncipe da Beira

Após a restauração da Coroa Portuguesa em 1640, ao fim da União Ibérica, intensificaram-se as disputas territoriais entre Portugal e Espanha, especialmente na América do Sul.

Para proteger as fronteiras do Centro-Oeste brasileiro e as riquezas de Mato Grosso, como previsto no Tratado de Madrid (1750), foram erguidas várias fortificações ao longo dos rios fronteiros, incluindo o Forte Coimbra (Corumbá - MS) e o Real Forte Príncipe da Beira, no atual município de Costa Marques, na margem direita do Rio Guaporé.

Na Bolívia, Paraguai e Argentina, existiam missões jesuíticas espanholas que ameaçavam os territórios portugueses, levando a uma série de invasões e conflitos.

Apesar do Tratado de Madrid, os espanhóis tentaram retomar áreas anteriormente ocupadas, como a missão de Santa Rosa no Rio Guaporé. As primeiras fortificações na área foram destruídas tanto por incursões espanholas quanto por uma grande enchente em 1771.

Para assegurar a navegação no Rio Guaporé, o Governador do Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, auxiliado pelo engenheiro genovês Domingos Sambuceti, explorou a região em 1773 e encontrou um local mais adequado para a construção de uma fortaleza, dois quilômetros abaixo, na margem direita do Rio.

O Forte Príncipe da Beira, projetado em estilo Vauban, teve sua construção iniciada em 20 de junho de 1776 e foi inaugurado em 20 de agosto de 1783. Sob a supervisão de Sambuceti, o projeto foi adaptado ao longo do tempo e contou com a participação de brancos, escravos e indígenas. Centenas de trabalhadores perderam a vida, principalmente devido à malária, durante a construção.

Real Forte do Príncipe da Beira

Na face norte do Forte Príncipe da Beira, construído em plena floresta amazônica, uma inscrição em latim registra a fundação da fortificação em 20 de junho de 1776, em homenagem a D. José de Bragança, Príncipe da Beira.

Segundo Lourismar Barroso, que escreveu um livro sobre o Forte, estima-se que, em seu auge, abrigava mais de 800 pessoas. Construído para proteger as fronteiras brasileiras conforme o Tratado de Madrid (1750) e para defender as riquezas do Mato Grosso, o Forte era uma das maiores fortalezas coloniais no Brasil, atrás apenas da Cidade do Salvador, erguida em 1549.

O engenheiro Domingos Sambuceti, responsável pela obra, faleceu em 1780 devido à malária e foi substituído por Ricardo Franco de Almeida e Serra. Estrategicamente localizado em um terraço de dez metros acima do Rio Guaporé, o Forte tinha muralhas de cantaria com 10 metros de altura e perímetro de 970 metros, protegidas por quatro baluartes com 14 canhoneiras cada.

Em seu interior, abrigava quartéis, armazéns, um hospital, prisão, capela e cisterna, acessados por uma ponte levadiça sobre um fosso. O Forte, apesar de nunca ter sido atacado, cumpria a função de proteção territorial.

Em 1789, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira visitou o Forte em missão científica. Mas, em 1869, a construção já apresentava sinais de abandono, como relatado por Joaquim Ferreira Moutinho. Após a Proclamação da República, o Forte ficou sem assistência do Governo, sendo finalmente desocupado em 1895.

O abandono levou ao saque de suas instalações, com canhões e um sino de bronze levados. Equipamentos do Forte foram encontrados na Bolívia, indicando a exploração dos seringais por bolivianos.

A expedição de Cândido Rondon em 1911 registrou o abandono do Forte, enquanto um artigo de 1911 denunciava o descaso com o monumento histórico. Em 1913, outra expedição relatou a presença de algumas peças de artilharia, e a área foi parcialmente limpa pela empresa Madeira-Mamoré Railway. Rondon voltou ao Forte em 1930 e alertou as autoridades sobre a sua importância. Em 1950, o Forte foi tombado pelo SPHAN e atualmente o Iphan, em parceria com o Exército, desenvolve atividades de restauração e escavações arqueológicas na área.

O Forte Príncipe da Beira, localizado na margem direita do rio Guaporé, está aproximadamente a 25 km de Costa Marques, 395 km da BR-364 e 755 km da capital de Rondônia, Porto Velho, sendo o mais antigo monumento histórico do estado. A região atrai turistas e estudantes pela sua relevância histórica.

Durante o governo de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, a construção do Forte iniciou-se em 20 de junho de 1776. Entre os engenheiros responsáveis estavam Domingos Sambuceti, italiano que faleceu de malária, e o português

Alexandre J. de Souza. Posteriormente, o sargento-mor Ricardo Franco assumiu a obra enfrentando desafios devido à escassez de materiais, epidemias e fome.

Trabalhadores vieram de São Paulo, Belém e Mato Grosso, enquanto a cal de pedra, trazida de Belém, foi transportada pelo rio Madeira. O Forte possui 970 metros de perímetro, muralhas de 10 metros de altura e 56 canhoneiras.

Após a conclusão em 1784, a guarnição militar foi formada, e a artilharia principal, com quatro canhões de bronze calibre 24, chegou de Belém em 1825, após cinco anos de transporte. O primeiro comandante do Forte foi José Mello de Souza Castro e Vilhena. Concebido por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, o Forte gradualmente perdeu sua importância estratégica devido ao declínio da atividade mineradora, do comércio fluvial e ao redirecionamento das tensões fronteiriças para o Vale do Paraguai.

O Forte acabou transformado em presídio e foi abandonado após a Proclamação da República. No início do século XX, o Marechal Cândido Rondon redescobriu o Forte e solicitou ao governo a instalação do Sétimo Pelotão de Fronteira, resgatando seu papel histórico.

Ocupação dos Vales do Madeira, Mamoré e Guaporé

A Capitania do Grão-Pará e Maranhão visava povoar a região do Rio Madeira com o apoio de missões jesuítas para catequese indígena. Em 1734, o sargento-mor Francisco de Mello Palheta encontrou ouro, e, com a criação da Capitania de Mato Grosso, a ocupação intensificou-se.

Primeiras Iniciativas dos Portugueses na Amazônia

Em 1616, fundação do Forte do Presépio (Belém do Pará).

No século XVII, Pedro Teixeira e Aleixo Garcia realizaram expedições estratégicas para explorar e reivindicar territórios.

Entre 1723 e 1728, o padre João Sampayo fundou a Aldeia de Santo Antônio, a primeira povoação na margem direita do Rio Madeira.

A mineração no Mato Grosso prosperou até 1730, com a descoberta de ouro por Pascoal Moreira Cabral (1719) e Miguel Sutil (1722) em Cuiabá.

Exploração de Diamantes e Afluxo Populacional

Em 1747, a descoberta de diamantes em Diamantino atraiu aventureiros, embora a exploração tenha sido restrita pela Coroa. As expedições fluviais e as monções que partiam de São Paulo trouxeram governantes, religiosos, comerciantes, profissionais, escravos e aventureiros, aumentando substancialmente a população da região.

Fundação da Capitania de Mato Grosso

A Capitania de Mato Grosso foi criada em 9 de maio de 1748, com Dom Antônio Rolim de Moura como o primeiro governador. Em 1752, foi fundada a capital, Vila Bela da Santíssima Trindade, para consolidar o território. As dificuldades de sobrevivência na fronteira incluíam queda na produção mineral e aumento das dívidas, o que levou ao comércio com missões espanholas do Guaporé.

Medidas de Expansão e Navegação

Em 1759, Rolim de Moura fundou o povoado de Nossa Senhora da Boa Viagem no Salto Grande do Rio Madeira, mas ataques indígenas, malária e fome impediram sua consolidação. Em 1798, foi aprovado um plano de navegação entre Belém e Vila Bela para impulsionar o comércio fluvial, apoiado por postos de apoio no Rio Madeira.

OS PORTUGUESES E O MOVIMENTO DOS BANDEIRANTES

Os jesuítas e bandeirantes foram os primeiros a explorar e ocupar a região do rio Madeira. O primeiro contato europeu com o rio ocorreu em 1542, quando o exploravam o local.

Em 1637, Pedro Teixeira liderou uma expedição portuguesa partindo de Cametá, no Grão-Pará, em direção a Quito, Vice-Reino do Peru. Ao passar pelas nascentes do rio Mamoré, ele navegou com sua comitiva em balsas rústicas, enfrentando corredeiras e cachoeiras até a foz do rio, seguindo pelo rio Cayari (Madeira) até sua desembocadura no Amazonas.

Durante essa viagem, Teixeira recebeu informações dos habitantes indígenas da ilha de Tupinambarana, que chamaram o curso de “Cayari” e o descreveram como origem de montanha.

Por volta de 1640, os jesuítas começaram a estabelecer contato com os tribos indígenas da região baixa do rio Madeira. Em 1669, os padres Manoel Pires e Grazoni fundaram a Missão Tupinambarana na ilha homônima, perto da foz do rio Madeira, com o propósito de catequizar os indígenas, consolidar o controle português e impedir o comércio local com os holandeses assentados no rio Negro.

A partir de 1687, os jesuítas estabeleceram várias missões ao longo do rio Madeira, formando alianças com as comunidades locais e expandindo a catequese e o comércio de especiarias, conhecidos como “drogas do sertão”, em aldeias como Abacaxis, Paranaparixaria, Canumã, Onicoré e Tarerise. Essa expansão missionária acompanhava o crescimento das atividades de coleta e escambo das especiarias, transformando

Paralelamente, bandeirantes como Antônio Raposo Tavares exploraram o rio Madeira. Em 1650, ele percorreu o rio Madeira até sua foz, atravessando o Amazonas e alcançando o Forte de Gurupá, no litoral do Grão-Pará, em 1651. Essa expedição, composta por 200 paulistas e 1.260 indígenas, saiu de São Paulo em 1647, contornando os rios Tietê, Paraná e Paraguai, invadindo as possessões espanholas e retornando ao Brasil pelo rio Madeira.

Essa série de expedições de jesuítas e bandeirantes desempenhou um papel crucial na consolidação do domínio português na região amazônica e na integração do Vale do Madeira ao território.

Para os missionários, catequizar os indígenas não quis apenas ensinar uma moral cristã, mas também retirá-los do que consideravam a barbárie e integrá-los à sociedade colonial. Entre os valores transmitidos aos povos indígenas foi, sobretudo, uma importância do trabalho. Assim, o objetivo era transformar o índio em um bom cidadão e trabalhador.

Durante a administração pombalina, marcada pela criação do Diretório dos Índios e pela expulsão dos jesuítas em 1759, os trabalhadores indígenas foram submetidos a uma nova ordem. Nos quarenta anos de vigência do Diretório, o número de índios envolvidos nesse sistema se prejudicou dramaticamente: de cerca de 30 mil em 1757 para aproximadamente 19 mil em 1798. Sob

essa administração, os indígenas enfrentaram trabalho excessivo e maus-tratos por parte de diretores coloniais e militares, que, ao contrário dos padres que lideravam as missões, eram rudes e despreparados.

Marquês de Pombal, contrário ao domínio jesuíta, acusou a ordem de praticar comércio ilegal e de instigar os povos indígenas contra a Coroa. O poder crescente dos jesuítas era visto como uma ameaça, e, após sua expulsão, toda a riqueza acumulada pela ordem foi confiscada e vendida: cerca de 135 mil cabeças de gado, 1.500 cavalos, 22 fazendas, edifícios, plantações de cacau, entre outros bens.

No século XVIII, os aldeamentos formados durante as missões dos séculos XVI e XVII foram convertidos em vilas ou aldeias. Pombal retirou o caráter religioso desses núcleos e buscou transformar os indígenas em trabalhadores livres.

Em 1755, um decreto impediu que as missões controlassem essas aldeias, permitindo o acesso de qualquer colonizador. Embora o decreto assegurasse aos índios os mesmos direitos dos cidadãos livres, eles não tinham o direito de administrar suas próprias comunidades. Pombal substituiu os missionários por diretores portugueses, que passaram a supervisionar a mão de obra indígena nas novas vilas e aldeias.

CICLO DO OURO E EXPLORAÇÃO DOS RIOS - PRIMEIRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NA REGIÃO, IMPACTO DAS EXPLORAÇÕES SOBRE POPULAÇÕES INDÍGENAS

O ciclo do ouro em Rondônia representou um marco significativo nas primeiras atividades econômicas da região, moldando não apenas a economia, mas também as dinâmicas sociais, culturais e ambientais locais.

A descoberta do ouro na região remonta ao período colonial, mas foi durante o século XVIII que a exploração mineral se intensificou, especialmente ao longo dos rios que cortam o território rondoniense, como o rio Madeira e seus afluentes, incluindo o rio Guaporé e o rio Mamoré. Esse ciclo atraiu uma intensa migração de exploradores, aventureiros, comerciantes e missionários, interessados nas riquezas minerais, transformando a paisagem e influenciando a formação de povoados que mais tarde se tornaram cidades importantes na configuração geopolítica da região.

A exploração dos rios foi crucial nesse contexto, uma vez que constituíam as principais vias de transporte e comunicação na vasta e desafiadora geografia amazônica. As embarcações navegavam essas águas carregadas de ouro, mas também de produtos e suprimentos necessários para a subsistência dos colonizadores. Além disso, a proximidade dos rios com as áreas auríferas facilitava a instalação de garimpos, que, muitas vezes, se organizavam de maneira precária e sem qualquer planejamento ambiental. Essa intensa atividade econômica não ocorreu sem impactos ambientais, como o desmatamento, a contaminação dos corpos hídricos pelo mercúrio utilizado na separação do ouro e a degradação das margens dos rios, resultado das técnicas rudimentares de extração mineral empregadas na época.

Outro aspecto relevante foi o impacto profundo da exploração aurífera sobre as populações indígenas locais. Povos originários, como os Uru-Eu-Wau-Wau, os Suruí, os Karitiana e os

Gavião, sofreram com a invasão de seus territórios, a expropriação de suas terras e a disseminação de doenças trazidas pelos colonizadores, para as quais não possuíam imunidade.

A violência e os conflitos tornaram-se comuns, visto que os indígenas resistiam à ocupação de suas áreas tradicionais, enquanto os garimpeiros avançavam em busca do precioso minério, muitas vezes apoiados por forças militares ou grupos armados privados.

A desestruturação social dos povos indígenas também se evidenciou na alteração de seus modos de vida. A caça, a pesca e a agricultura de subsistência foram prejudicadas pela degradação ambiental provocada pelo garimpo, levando à escassez de recursos naturais essenciais.

O desmatamento afetou a fauna e a flora, comprometendo a disponibilidade de alimentos tradicionais, enquanto a poluição dos rios reduziu a qualidade e a quantidade de peixes, uma das principais fontes de proteína dessas populações. Além disso, a introdução de práticas econômicas externas, como o trabalho forçado, o escambo desigual e a dependência de bens industrializados, impactou negativamente a organização social e cultural desses grupos, levando à perda gradual de tradições, línguas e saberes ancestrais.

A criação de missões religiosas e postos de pacificação também fez parte desse processo, com o objetivo declarado de integrar os povos indígenas à sociedade colonial, mas que, na prática, resultava na imposição de valores ocidentais, na destruição de práticas culturais autônomas e na exploração da mão de obra indígena. Esse processo de aculturação forçada e exploração econômica contribuiu para a fragilização das comunidades indígenas, tornando-as ainda mais vulneráveis aos impactos sociais e ambientais do ciclo do ouro.

Apesar de o ciclo do ouro ter se enfraquecido com o tempo, seus efeitos ainda são perceptíveis na estrutura socioeconômica e ambiental de Rondônia. A exploração mineral deixou um legado de impactos duradouros, como áreas degradadas, solos contaminados e populações indígenas que continuam lutando pela preservação de seus direitos e territórios.

A compreensão desse processo histórico é fundamental para refletir sobre as dinâmicas de ocupação da Amazônia e os desafios enfrentados pelas populações tradicionais frente ao avanço econômico e à exploração dos recursos naturais. Além disso, a memória desse ciclo permanece viva nas narrativas dos descendentes dos povos afetados, nas marcas deixadas na paisagem e nas disputas territoriais ainda em curso, evidenciando a necessidade de políticas públicas voltadas à reparação histórica, à preservação cultural e à sustentabilidade ambiental.

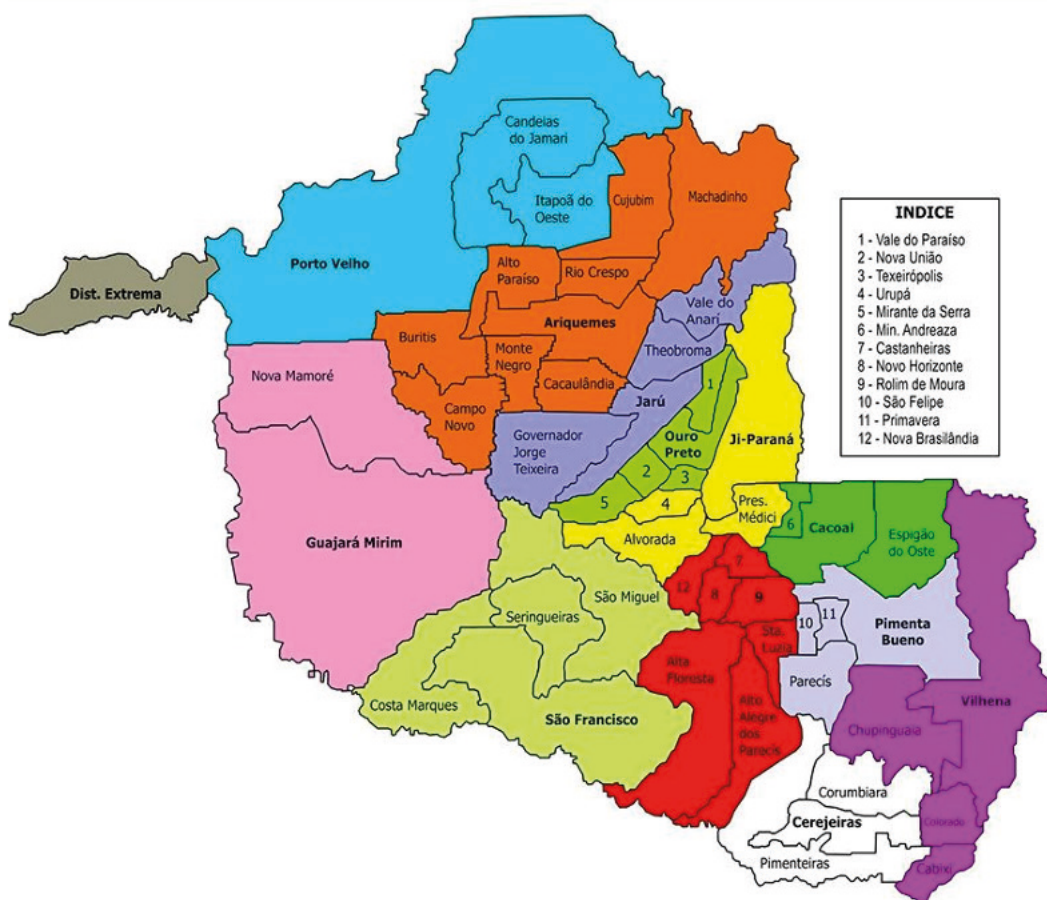
TRATADOS DE FRONTEIRA E TERRITÓRIO - TRATADO DE MADRI (1750), TRATADO DE PETRÓPOLIS (1903) E A AQUISIÇÃO DO ACRE

Os tratados de fronteira e território desempenharam um papel importante na definição das atuais delimitações geográficas de Rondônia, sendo o Tratado de Madri (1750) e o Tratado de Petrópolis (1903) eventos históricos fundamentais para a consolidação da ocupação e organização territorial da região, especialmente no que se refere à aquisição do Acre. Essas negociações

GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA - LIMITES TERRITORIAIS E POSIÇÃO NO BIOMA AMAZÔNIA

O estado de Rondônia é formado por 52 municípios e 57 distritos.



Municípios Rondonienses

Guajará-Mirim, Nova Mamoré, Porto Velho, Candeias do Jamarí, Itapuã do Oeste, Alto Paraíso, Monte Negro, Buritit, Campo Novo de Rondônia, Rio Crespo, Cujubim, Ariquemes, Cacaulândia, Machado do Oeste, Vale do Anari, Theobroma, Governador Jorge Teixeira, Jarú, Vale do Paraíso, Nova União, Mirante da Serra, Teixeiraópolis, Ouro Preto do Oeste, Ji-Paraná, Presidente Médici, Urupá, Alvorada do Oeste, São Miguel do Guaporé, Seringueiras, São Francisco do Guaporé, Costa Marques, Nova Brasilândia do Oeste, Novo Horizonte do Oeste, Castanheiras, Alta Floresta do Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Santa Luzia do Oeste, Rolim de Moura, Ministro Andreazza, Cacoal, Espigão do Oeste, Primavera de Rondônia, São Felipe d'Oeste, Parecis, Pimenta Bueno, Chupinguaia, Colorado do Oeste, Corumbiara, Cerejeiras, Pimenteiras do Oeste, Cabixi e Vilhena.

Dois municípios de Rondônia estão entre os 15 no Brasil com as maiores taxas de crescimento populacional: Buritit, com 29,09%, e Campo Novo de Rondônia, com 23,20%. O estado é dividido em duas mesorregiões:

– Leste Rondoniense, composta por seis microrregiões: Ariquemes, Ji-Paraná, Alvorada do Oeste, Cacoal, Vilhena e Colorado do Oeste.

– Mesorregião de Guajará Mirim, que abrange as microrregiões de Guajará Mirim e Porto Velho.

Posição do estado no bioma Amazônico



<https://www.climatepolicyinitiative.org/pt-br/publication/coordenacao-estrategica-para-o-combate-ao-desmatamento-na-amazonia-prioridades-para-os-governos-federal-e-estaduais/>

ASPECTOS FÍSICOS - RELEVO E GEOMORFOLOGIA

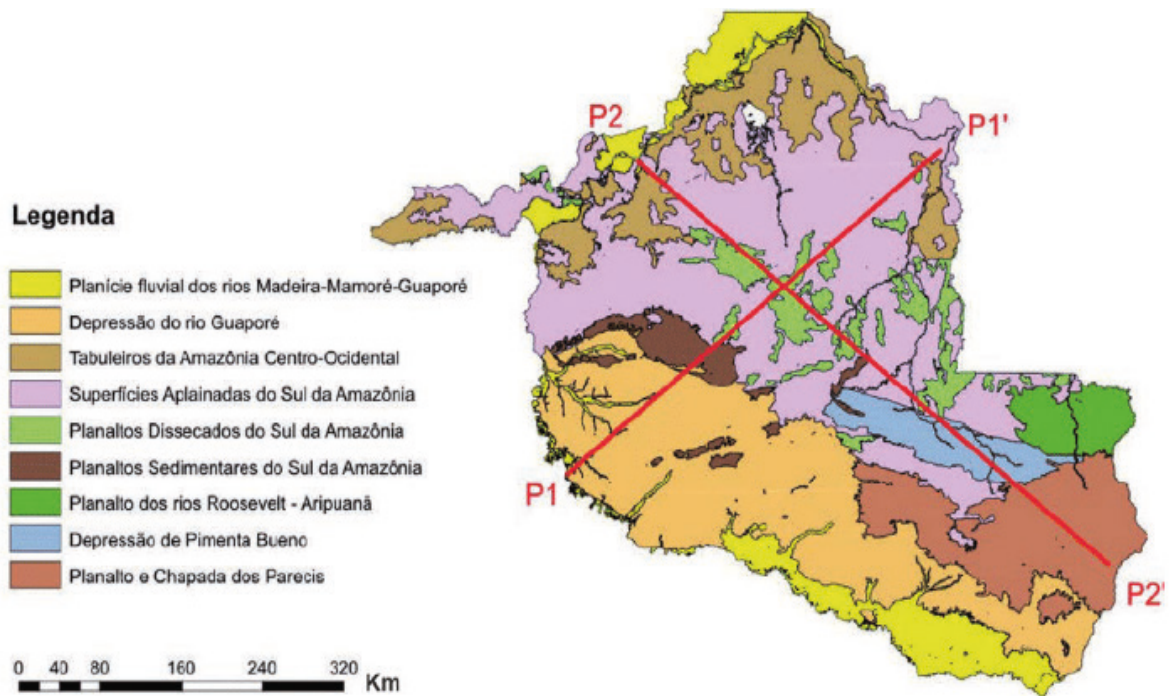
O relevo do Estado de Rondônia é predominantemente pouco acidentado, com altitudes variando de 70 metros a pouco mais de 500 metros. Na região norte e noroeste, parte da vasta Planície Amazônica, encontra-se no vale do rio Madeira, que é caracterizado por terras baixas e sedimentares.

As áreas mais acidentadas estão localizadas no divisor de águas das bacias do Madeira e do Machado, onde registram elevações e depressões, com altitudes que podem chegar a 800 metros na Serra dos Pacaás Novos. Essa serra, que se estende de noroeste a sudeste, atua como um divisor entre a bacia do rio Guaporé-Mamoré e as bacias dos afluentes do rio Madeira (Jaci-Paraná, Candeias e Jamari), além da bacia do rio Machado (Ji-Paraná).

O relevo do estado apresenta uma diversidade de altitudes, com a maioria situada entre 70 e 600 metros.

As maiores altitudes são encontradas no município de Vilhena, que ultrapassa 500 metros, enquanto as menores estão em Porto Velho, variando entre 90 e 200 metros. De forma geral, o relevo é caracterizado como plano e suavemente ondulado, apresentando áreas mais montanhosas em locais como Colorado D'Oeste, Campo Novo de Rondônia, Governador Jorge Teixeira, Guajará Mirim e São Miguel do Guaporé, onde as altitudes variam entre 400 e 600 metros.

Domínios Geomorfológicos do Estado de Rondônia



https://www.researchgate.net/publication/305045451_Compartimentacao_geomorfolgica_do_Estado_de_Rondonia

HIDROGRAFIA: BACIAS DOS RIOS MADEIRA, GUAPORÉ E MAMORÉ

Os rios de Rondônia desempenham um papel crucial nos aspectos físicos, na ocupação da região e no aproveitamento econômico, incluindo rotas fluviais e usinas hidrelétricas. A hidrografia do estado faz parte da Bacia Amazônica, a maior bacia hidrográfica do mundo, sendo o Rio Amazonas o principal, formada pela confluência dos rios Negro e Solimões.

A hidrografia de Rondônia inclui a bacia principal do rio Madeira e suas bacias tributárias, como Guaporé, Mamoré, Abunã, Jamari e Machado (ou Ji-Paraná). O rio Madeira, que é afluente da Bacia do Amazonas, é formado pela confluência dos rios Mamoré e Beni na região oeste de Rondônia, perto de Nova Mamoré. Esses rios nascem na Bolívia, perto dos Andes.

O rio Madeira nasce ao norte, fazendo fronteira entre Brasil e Bolívia até a foz do rio Abunã. A partir daí, flui pelo estado de Rondônia em direção noroeste e norte até a foz do igarapé Maici, que marca a divisa entre Rondônia e Amazonas, seguindo então pelo estado do Amazonas até desaguar no Rio Amazonas.

Bacia do Guaporé

– Área : 266.460 km²

O rio Guaporé nasce no noroeste de Mato Grosso e flui para o norte, formando a fronteira entre o Brasil e a Bolívia até desaguar no rio Mamoré. Seus principais afluentes do lado brasileiro incluem os rios Gelera, Sararé, Piolinho e Guariterê em Mato Grosso, e Cabixi, Corumbiara, Verde, Mequéns, Massaco, Branco, São Miguel, São Domingo e Cautário em Rondônia.

Bacia do Mamoré

– Área : 241.660 km²

O rio Mamoré nasce nos contrafortes dos Andes na Bolívia e desce para o leste até a foz do rio Guaporé, fazendo a fronteira entre o Brasil e a Bolívia. Ele se encontra com o rio Beni, que também nasce nos Andes, formando o rio Madeira. Seus principais afluentes no Brasil são os rios Guaporé, Pacaás Novos, Ouro Preto, Lage e Novo.

Bacia do Abunã

– Área : 4.600 km²

O rio Abunã é um curso de água curto e caudaloso que nasce no sul do Acre e deságua no rio Madeira. Seu principal afluente à esquerda, em Rondônia, é o rio Marmelo.

Bacia do Jamari

– Área : 29.067 km²

O rio Jamari tem suas nascentes nas serras dos Pacaás Novos, em Campo Novo de Rondônia, e flui para o norte, recebendo as águas do rio Candeias até desaguar no rio Madeira. Abriga a Usina Hidrelétrica de Samuel, que gera 216 MW. A construção da usina, iniciada em 1982, fez críticas por seus impactos sociais e ambientais.

Bacia do Roosevelt

– Área : 60.039,65 km²

O rio Roosevelt nasce no sudeste de Rondônia, perto de Vilhena, flui para o norte e, após a foz do rio Capitão Cardoso, atravessa Mato Grosso e o sul do Amazonas, desaguardo no rio Madeira.

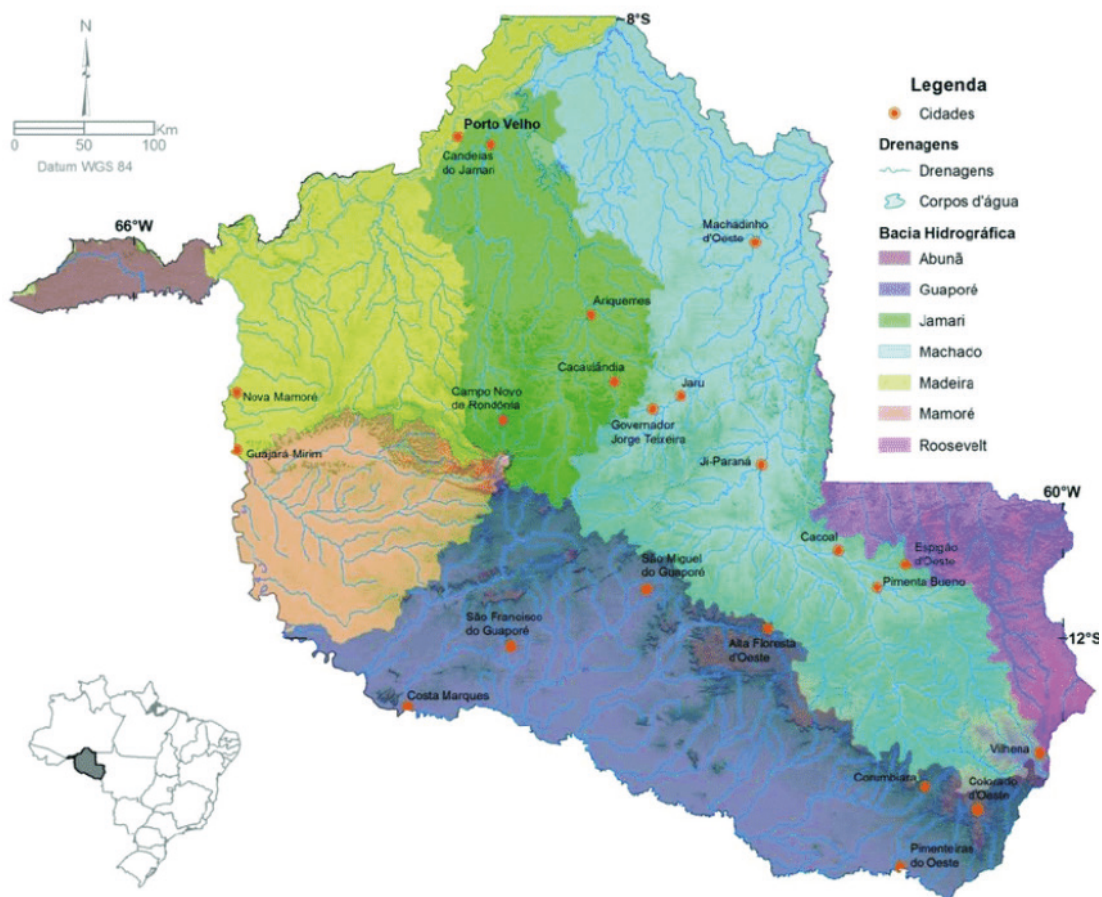
Bacia do Machado ou Ji-Paraná

– Área : 92.500 km²

O rio Machado, principal afluente do rio Madeira em Rondônia, é formado pela comunidade dos rios Comemoração e Apediá em Pimenta Bueno. Seus afluentes nascem na Chapada dos Parecis, no sudeste de Rondônia, e o rio flui para o norte até desaguar no rio Madeira.

Os principais afluentes à esquerda incluem Rolim de Moura, Muqui, Urupá, Jaru, Anari, Machadinho e Rio Preto, enquanto os da margem direita são menores, como Riozinho e Igarapé Grande.

Bacias Hidrográficas do estado de Rondônia



https://www.researchgate.net/figure/Figura-42-Bacias-hidrograficas-de-Rondonia_fig4_327779848

ATUALIDADES DE RONDÔNIA

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS: AGRONEGÓCIO, ENERGIA E MINERAÇÃO, PAPEL ESTRATÉGICO NA EXPORTAÇÃO DE COMMODITIES

O estado de Rondônia continua a consolidar sua economia, com destaque para os setores agrícola, pecuário, industrial e extrativista. Nos últimos anos, a economia rondoniense tem apresentado crescimento expressivo impulsionado por exportações agrícolas, ampliação da infraestrutura logística e investimentos em tecnologia no agronegócio e na indústria.

De acordo com os dados mais recentes, o PIB de Rondônia alcançou R\$ 72,3 bilhões em 2024, refletindo o crescimento acelerado dos setores produtivos e o aumento das exportações. Os principais produtos exportados pelo estado incluem carne bovina congelada (46,2%), soja (35,1%), estanho bruto (6,4%), madeira serrada (2,8%) e miúdos comestíveis (2,5%). O mercado externo tem sido impulsionado pela demanda da China, União Europeia e Oriente Médio.

► Agronegócio

O agronegócio é a principal força econômica de Rondônia, sendo responsável por grande parte do Produto Interno Bruto (PIB) estadual e da geração de empregos. O setor se destaca pela produção de grãos, culturas peculiares e externas à exportação.

► Agricultura

Desde a década de 1970, Rondônia atrai agricultores do Centro-Sul do Brasil devido à disponibilidade de terras férteis e incentivos financeiros. Embora o crescimento agrícola tenha gerado desafios ambientais, o estado se tornou uma das principais fronteiras agrícolas do país e uma das regiões mais produtivas do Norte brasileiro.

Atualmente, Rondônia se destaca na produção de:

- **Café:** Maior produtor da região Norte e 3º maior do Brasil, com aumento de 15% na produtividade devido à adoção de sistemas agroflorestais e de forma automatizada.

- **Soja e Milho:** Com o avanço da tecnologia no plantio, o estado expandiu sua produção, consolidando-se como o segundo maior produtor da região Norte.

- **Cacau:** Rondônia se tornou o segundo maior produtor da região Norte, aproveitando a valorização do cacau até no mercado externo.

- **Feijão e Arroz:** Crescimento contínuo na produção, garantindo autossuficiência e gerando excedentes para exportação.

- **Piscicultura:** Maior produtor nacional de tambaqui, com exportação crescente para os Estados Unidos e países asiáticos.

A preocupação com o meio ambiente tem levado à adoção de práticas sustentáveis, como o uso de bioinsumos, integração laboral-pecuária-floresta (ILPF) e monitoramento por satélite para reduzir o desmatamento. Em 2024, o estado mantinha mais de 62% de seu território preservado, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

► Pecuária

A pecuária rondoniense continua sendo um dos principais pilares econômicos do estado. Rondônia conta com um rebanho bovino de 12,3 milhões de cabeças, mantendo-se entre os oito maiores do Brasil.

- **Pecuária de Corte:** O estado se consolidou como o quarto maior exportador de carne bovina do Brasil, superando os estados do Sul e Sudeste. O reconhecimento sanitário internacional e a abertura de novos mercados na Ásia têm impulsionado esse crescimento.

- **Pecuária Leiteira:** Rondônia é o maior produtor de leite da região Norte e o sexto maior do Brasil, com produção anual superior a 820 milhões de litros. O aumento da produtividade deve à genética aprimorada dos rebanhos e ao uso de tecnologia na ordem e nutrição animal.

A modernização da cadeia produtiva e a certificação de qualidade da carne e do leite tornaram Rondônia uma referência nacional no setor agropecuário.

► Indústria

A industrialização de Rondônia tem ganhado força nos últimos anos, especialmente nos setores de alimentos, construção civil e geração de energia. Em 2024, o PIB industrial do estado atingiu R\$ 11,8 bilhões, representando 0,7% da indústria nacional e empregando mais de 68 mil trabalhadores.

Os principais segmentos industriais são:

- **Alimentos (23,4%)** – Beneficiamento de carne, laticínios e produtos agrícolas processados.

- **Energia e Serviços Industriais (45,6%)** – Geração hidrelétrica e distribuição de energia.

- **Construção Civil (18,1%)** – Expansão da infraestrutura urbana e logística.

- **Madeira e Móveis (4,2%)** – Produção sustentável de madeira certificada.

- **Bebidas (2,0%)** – Crescimento na fabricação de cervejas artesanais e sucos naturais.

A industrialização do setor agropecuário, com frigoríficos modernos e fábricas de laticínios automatizados, fortaleceu a economia estadual, agregando valor à produção agrícola e pecuária.

► **Energia: Expansão da Geração e Exportação**

O estado de Rondônia desempenha um papel estratégico na geração e distribuição de energia para o Brasil. Suas usinas hidrelétricas, como Santo Antônio e Jirau, produzem mais de 7.200 MW, garantindo abastecimento local e exportações para outras regiões.

Além da energia hidrelétrica, o estado tem investido em energia solar e biomassa, com novos parques solares e usinas de biogás que utilizam resíduos agroindustriais.

A diversificação da matriz energética tornou Rondônia um importante exportador de eletricidade, diminuindo sua dependência de fontes fósseis e impulsionando o desenvolvimento sustentável.

Principais Fontes de Energia:

▪ **Hidrelétricas:** O estado conta com usinas importantes, como as usinas de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, que têm capacidade para gerar cerca de 7.000 MW juntas de energia elétrica. Essa produção não apenas abastece Rondônia, mas também contribui para a matriz energética nacional.

▪ **Energia Solar e Biomassa:** O potencial para fontes alternativas cresce no estado, com investimentos em energia solar e biomassa oriunda da agroindústria.

A exportação de energia elétrica por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN) torna Rondônia um player estratégico no setor energético do Brasil.

Rondônia continua desempenhando um papel estratégico na matriz energética brasileira, consolidando-se como um dos maiores polos de geração de energia na região Norte. Além da Usina Hidrelétrica de Samuel, localizada no município de Candeias do Jamari, que foi construída nos anos 1980 para abastecer Rondônia e Acre, o estado abriga um número crescente de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e empreendimentos de grande porte no Rio Madeira.

As Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau , inauguradas na década passada, possuem uma capacidade instalada de 7.318 MW , o que equivale a quase metade da energia gerada pela Usina de Itaipu. Essas hidrelétricas são fundamentais para suprir a demanda energética nacional e reduzir riscos de racionamento, tornando Rondônia um estado exportador de energia para outras regiões do país.

► **Mineração: Crescimento e Potencial**

O setor mineral de Rondônia tem ganhado importância, com destaque para a degradação de cassiterita (estado), ouro e nióbio.

▪ **Cassiterita:** Rondônia segue como um dos maiores produtores nacionais de estado, essencial para a indústria de tecnologia.

▪ **Ouro:** O aumento do preço internacional impulsionou novas áreas de proteção legalizada.

▪ **Nióbio e Terras Raras:** Pesquisas indicam grande potencial de exploração, colocando Rondônia no radar da mineração estratégica global.

A mineração sustentável e a legalização de áreas de exploração são desafios e oportunidades para o futuro do setor no estado.

► **Papel Estratégico na Exportação de Commodities**

Rondônia tem um papel de destaque na exportação de commodities agrícolas, minerais e energéticas. Os principais mercados de destino incluem China, Europa e países da América Latina.

Fatores que impulsionam as exportações:

▪ **Corredores Logísticos:** Uma infraestrutura de transportes, como a BR-364 e a hidrovía do Rio Madeira, facilita o escoamento da produção para os portos do Norte e Centro-Oeste do Brasil.

▪ **Acordos Comerciais:** O estado se beneficia dos acordos comerciais do Brasil com diversos países, garantindo competitividade às suas commodities.

▪ **Investimentos em Infraestrutura:** O crescimento de portos fluviais e melhorias nas rodovias ampliam o acesso a mercados internacionais.

Novos Projetos e Energias Renováveis:

Rondônia também amplia sua diversificação energética com investimentos em energia solar e biomassa, reduzindo a dependência exclusiva da geração hidrelétrica. Novos parques solares estão sendo instalados no estado, aproveitando a alta incidência solar da região. Além disso, a bioenergia gerada a partir de resíduos agrícolas e madeireiros está se tornando uma alternativa sustentável para fortalecer o setor energético estadual.

QUESTÕES AMBIENTAIS - IMPACTOS DO DESMATAMENTO E QUEIMADAS, CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E RESERVAS INDÍGENAS

Rondônia, estado amazônico de grande relevância para a biodiversidade global, enfrenta desafios ambientais complexos e interligados, com impactos significativos no cenário local e global.

► **Desmatamento e Queimadas: Impactos e Tendências**

Avanço do Desmatamento:

▪ Rondônia continua a figurar entre os estados com as maiores taxas de desmatamento na Amazônia.

▪ O avanço da fronteira agropecuária, a grilagem de terras e a exploração ilegal de madeira são os principais vetores desse processo.

▪ O desmatamento leva à perda de habitat para diversas espécies, à fragmentação de ecossistemas e à emissão de gases de efeito estufa, contribuindo para as mudanças climáticas.

Queimadas: Intensificação e Riscos:

▪ As queimadas, muitas vezes associadas ao desmatamento, intensificaram-se nos últimos anos, com impactos devastadores na qualidade do ar, na saúde humana e na biodiversidade.

▪ A combinação de secas prolongadas e atividades humanas tem aumentado a vulnerabilidade da floresta ao fogo.

▪ Os impactos das queimadas e dos incêndios nas Terras Indígenas e nas Unidades de Conservação (UCs), já bastante pressionadas pelo desmatamento, pelo avanço do agronegócio e pela grilagem são uma das maiores preocupações.

► **Conservação da Biodiversidade: Desafios e Estratégias**

Riqueza Biológica Ameaçada:

▪ Rondônia abriga uma rica diversidade de espécies da fauna e da flora amazônica, muitas delas endêmicas e ameaçadas de extinção.

▪ A perda de habitat, a caça e a pesca ilegais e a introdução de espécies exóticas são os principais fatores que colocam em risco a biodiversidade local.

Unidades de Conservação: Papel Fundamental:

▪ As Unidades de Conservação (UCs) desempenham um papel crucial na proteção da biodiversidade e na manutenção dos serviços ecossistêmicos.

▪ No entanto, muitas UCs enfrentam desafios como a falta de fiscalização, a pressão de atividades ilegais e a insuficiência de recursos.

Estratégias de Conservação:

▪ O fortalecimento da fiscalização, o incentivo a atividades sustentáveis e o apoio a projetos de pesquisa e monitoramento são estratégias essenciais para a conservação da biodiversidade em Rondônia.

► **Reservas Indígenas: Territórios e Direitos Territórios Tradicionais:**

▪ Rondônia abriga diversos povos indígenas, com culturas e conhecimentos tradicionais valiosos para a conservação da floresta.

As Terras Indígenas (TIs) desempenham um papel fundamental na proteção da biodiversidade e na manutenção dos serviços ecossistêmicos.

Ameaças e Desafios:

▪ As TIs enfrentam ameaças como a invasão de garimpeiros, madeireiros e grileiros, além da pressão de projetos de infraestrutura e do avanço da agropecuária.

▪ A proteção dos direitos territoriais e o apoio ao desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas são desafios cruciais.

▪ O desmatamento em terras indígenas provocou emissão de CO2 na Amazônia.

▪ O garimpo devastou grande quantidade de terras indígenas na Amazônia.

Perspectivas e Ações Necessárias:

▪ A superação dos desafios ambientais em Rondônia exige um esforço conjunto do governo, da sociedade civil, do setor privado e das comunidades locais.

▪ É fundamental fortalecer as políticas públicas de proteção ambiental, investir em fiscalização e monitoramento, promover o desenvolvimento sustentável e garantir os direitos dos povos indígenas.

▪ A conscientização da população sobre a importância da conservação da Amazônia e o incentivo a práticas sustentáveis são essenciais para garantir um futuro mais equilibrado para Rondônia e para o planeta.

► **Inovações Tecnológicas e Impactos Ambientais**

Desde sua implementação, as usinas de Santo Antônio e Jirau adotaram turbinas do tipo “bulbo”, que operam com a correnteza do rio em vez de depender de grandes reservatórios, minimizando impactos ambientais. Essa tecnologia inovadora, que segue sendo aperfeiçoada, possibilita uma maior eficiência energética em comparação com hidrelétricas convencionais, como Itaipu.

No entanto, os impactos ambientais dessas usinas ainda são debatidos. Estudos recentes apontam desafios relacionados à navegação, impactos na fauna aquática e alterações nos ciclos hidrológicos do Rio Madeira. Para mitigar esses efeitos, foram adotadas medidas como corredores ecológicos, sistemas de transposição de peixes e programas de compensação ambiental.

ASPECTOS SOCIAIS E CULTURAIS COMPOSIÇÃO POPULACIONAL E DIVERSIDADE CULTURAL, FESTIVIDADES, TRADIÇÕES E MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS LOCAIS

Rondônia, situada no coração da Amazônia Ocidental, é um estado brasileiro que se destaca por sua rica diversidade cultural e social. A composição populacional e as manifestações culturais refletem a história de migração e a presença marcante dos povos indígenas.

► **Composição Populacional e Diversidade Cultural**

População:

▪ De acordo com o Censo Demográfico de 2022 realizado pelo IBGE, a população de Rondônia é de 1.581.196 habitantes.

▪ Densidade demográfica: 6,65 hab/km² [2022]

▪ A população de Rondônia é composta por uma mistura de povos indígenas, migrantes de diversas regiões do Brasil, principalmente das regiões Sul e Nordeste. Essa diversidade é um dos traços mais marcantes do estado.

Diversidade Cultural:

Rondônia segue como um verdadeiro mosaico cultural, onde diferentes tradições convivem sem que uma prevalência sobre a outra. Esse cenário é reflexo do intenso fluxo migratório que continua moldando o estado. Atualmente, a população rondoniense é composta por descendentes de migrantes de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Espírito Santo, além de comunidades estrangeiras, como bolivianos, libaneses, barbadenses, japoneses e, mais recentemente, venezuelanos e haitianos, que chegaram ao estado nos últimos anos em busca de novas oportunidades.

► **Festas e Eventos Culturais**

A diversidade cultural de Rondônia se manifesta com força no seu calendário festivo, que reúne manifestações folclóricas, religiosas e populares. Entre os eventos mais marcantes estão:

Carnaval e Festas Juninas:

▪ **Bloco Banda do Vai Quem Quer:** Desde sua fundação, em 1981, o maior bloco carnavalesco do estado continua atraindo mais de 120 mil foliões às ruas de Porto Velho, consolidando-se como um dos maiores blocos do Norte do Brasil.

▪ **Arraial Flor do Maracujá:** Com mais de 40 anos de tradição, o evento permanece como o segundo maior arraial do Brasil, sendo um símbolo da cultura nordestina na Amazônia. Grupos de quadrilhas e bois-bumbás se apresentam para milhares de espectadores.

▪ **Festival Folclórico de Guajará-Mirim:** Expressão viva da cultura amazônica, o festival é famoso pelas apresentações dos bois-bumbás Malhadinho e Flor do Campo, que resgatam as tradições indígenas e ribeirinhas da região.

Rodeios e Exposições Agropecuárias:

Com forte influência das regiões Sul e Sudeste, as festas agropecuárias seguem em alta no estado, atraindo visitantes de diversas regiões do Brasil. Os principais eventos incluem:

▪ **EXPOARI (Ariquemes):** Um dos cinco maiores rodeios do Brasil, atraindo milhares de visitantes e movimentando a economia local.

▪ **Expovil (Vilhena), Expojipa (Ji-Paraná) e Expovel (Porto Velho):** Grandes feiras agropecuárias que promovem leilões, shows e provas de montaria.

Eventos Únicos de Rondônia:

▪ **Festa do Jerico (Alto Paraíso):** Mantendo viva uma tradição local, a Corrida Nacional de Jericos Motorizados continua sendo um dos eventos mais inusitados e aguardados do estado. Os jericos, veículos adaptados por mecânicos locais para enfrentar estradas precárias, são protagonistas desta corrida, que atrai participantes de diversas partes do Brasil.

► **Literatura e Teatro**

Literatura Rondoniense:

A produção literária de Rondônia tem ganhado cada vez mais reconhecimento nacional e internacional. Destacam-se:

▪ **Otávio Afonso:** Autor do clássico Cidade Morta, vencedor do Prêmio Casa de las Américas em 1980.

▪ **Paty Wolff:** Finalista do Prêmio Jabuti 2022 com Como pássaros no céu de Aruanda.

▪ **Augusto Branco:** Autor com obras publicadas no Brasil e na Europa, consolidando-se como uma das vozes da literatura contemporânea do estado.

▪ **Novos talentos:** Com o crescimento do mercado editorial independente e o incentivo de feiras literárias, novos escritores surgem trazendo a diversidade cultural e social de Rondônia para suas obras.

Teatro:

▪ **Bizarrus – O Teatro da Ressocialização:** Uma peça, dirigida por Marcelo Felice, segue como referência nacional por ser encenada por presidiários e ex-presidiários, transformando histórias reais de reabilitação em arte.

▪ **Crescimento do teatro independente:** Com incentivo de projetos culturais, grupos locais promovem peças que valorizam a identidade amazônica e temas sociais.

Culinária Rondoniense:

A culinária de Rondônia continua sendo um reflexo de sua diversidade cultural, combinando influências amazônicas, nordestinas, sulistas e até internacionais. Os pratos típicos mais consumidos incluem:

▪ **Peixes amazônicos:** Tambaqui, pirarucu e jatuarana seguem como os protagonistas da gastronomia local, preparados de diversas formas, como assados, caldeiradas e frituras.

▪ **Farinha e tucupi:** Elementos essenciais da culinária amazônica, presentes em pratos tradicionais como tacacá e pirão.

▪ **Churrasco gaúcho e polenta paranaense:** Reflexo da forte presença de sulistas no estado.

▪ **Tereré:** Bebida gelada à base de erva-mate, trazida pelos migrantes do Mato Grosso e popularizada entre os rondonienses.

▪ **Saltenha:** Pastel assado de origem boliviana, muito consumido em cidades como Guajará-Mirim e Porto Velho.

Tradições:

As tradições indígenas, a cultura dos migrantes nordestinos e sulistas, e a cultura ribeirinha são as principais influências nas tradições locais.

POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GOVERNANÇA ESTADUAL E DESAFIOS ADMINISTRATIVOS, POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SAÚDE, EDUCAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Rondônia enfrenta um cenário complexo na política e administração pública, com desafios que demandam soluções inovadoras e eficientes. A governança estadual busca equilibrar o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade ambiental e o bem-estar social, em um contexto de recursos limitados e demandas crescentes.

► **Governança Estadual e Desafios Administrativos**

▪ **Modernização da Gestão Pública:** A busca por maior eficiência e transparência na administração pública é uma prioridade. A implementação de tecnologias digitais, a simplificação de processos e a capacitação de servidores são medidas essenciais para otimizar o uso de recursos e melhorar a qualidade dos serviços prestados à população.

▪ **Sustentabilidade Ambiental:** Rondônia, com sua rica biodiversidade, enfrenta o desafio de conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental. O combate ao desmatamento ilegal, o incentivo à agricultura sustentável e a gestão eficiente dos recursos hídricos são cruciais para garantir um futuro sustentável para o estado.

▪ **Desenvolvimento Regional Equilibrado:** A redução das desigualdades regionais é um desafio persistente. A promoção do desenvolvimento econômico em todas as regiões do estado, com foco na geração de emprego e renda, é fundamental para garantir o bem-estar de toda a população.

SISTEMAS OPERACIONAIS

WINDOWS 10

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

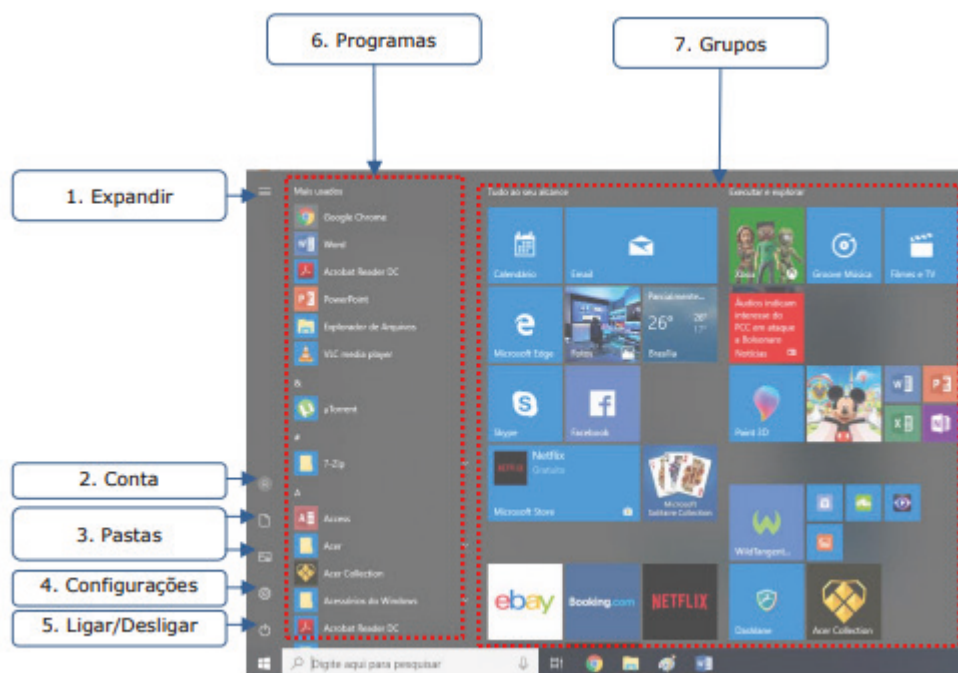
Principais Características e Novidades

- **Menu Iniciar:** O Menu Iniciar, ausente no Windows 8, retorna com melhorias no Windows 10. Ele combina os blocos dinâmicos (tiles) do Windows 8 com o design tradicional do Windows 7, permitindo fácil acesso a programas, configurações e documentos recentes.
- **Assistente Virtual Cortana:** A Cortana é uma assistente digital que permite realizar tarefas por comandos de voz, como enviar e-mails, configurar alarmes e pesquisar na web. Este recurso é similar ao Siri da Apple e ao Google Assistant.
- **Microsoft Edge:** O navegador Edge substituiu o Internet Explorer no Windows 10. Ele é mais rápido e seguro, oferecendo recursos como anotações em páginas web e integração com a Cortana para pesquisas rápidas.
- **Múltiplas Áreas de Trabalho:** Esse recurso permite criar várias áreas de trabalho para organizar melhor as tarefas e aplicativos abertos, sendo útil para multitarefas ou organização de projetos.

Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear

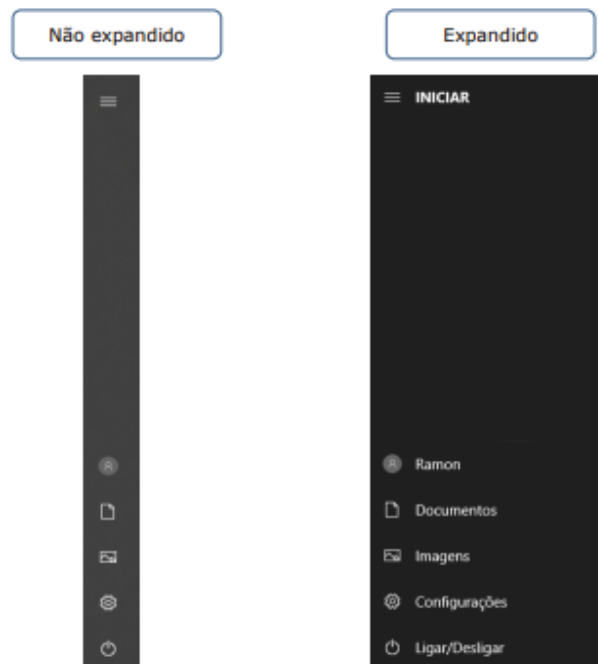
Botão Iniciar

O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.



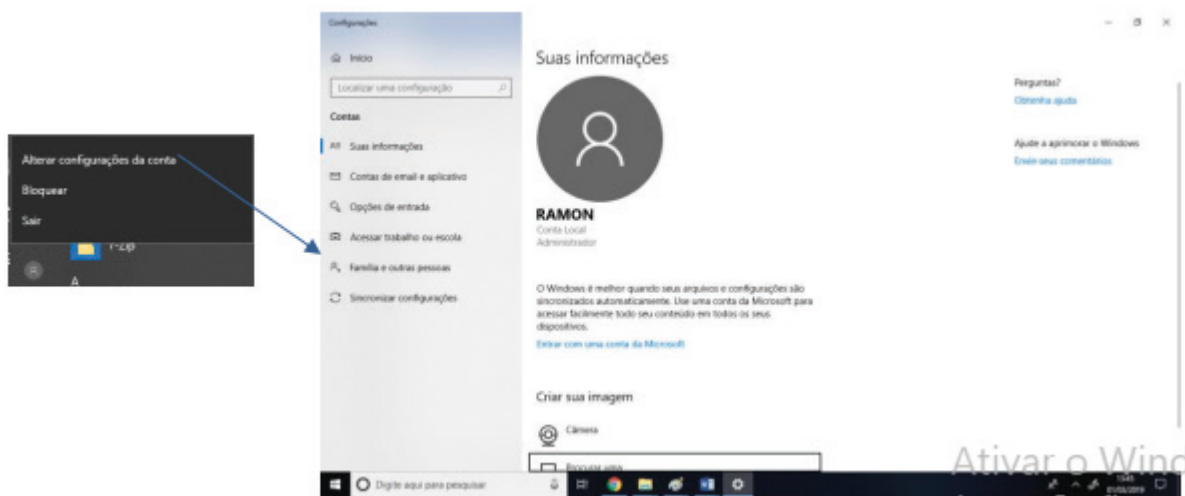
Menu Iniciar

Expandir: botão utilizado para expandir os itens do menu.



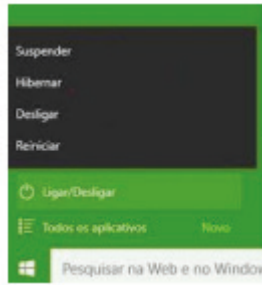
Botão Expandir

Conta: apresenta opções para configurar a conta do usuário logado, bloquear ou deslogar. Em Alterar configurações da conta é possível modificar as informações do usuário, cadastrar contas de e-mail associadas, definir opções de entrada como senha, PIN ou Windows Hello, além de outras configurações.



Configurações de conta

Ligar/Desligar: a opção “Desligar” serve para desligar o computador completamente. Caso existam programas abertos, o sistema não os salvará automaticamente, mas perguntará ao usuário se deseja salvá-los.



Outras opções são:

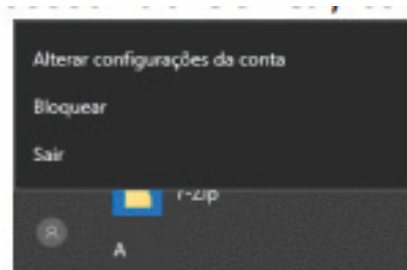
a) Reiniciar: reinicia o computador. É útil para finalizar a instalação de aplicativos e atualizações do sistema operacional, mas, com frequência, não é um processo necessário.

b) Suspender: leva o computador para um estado de economia de energia que permite que o computador volte a funcionar normalmente após alguns segundos. Todas as tarefas são mantidas, podendo o usuário continuar o trabalho.

Em portáteis, o Windows salva automaticamente todo o trabalho e desliga o computador se a bateria está com muito pouca carga. Muitos portáteis entram em suspensão quando você fecha a tampa ou pressiona o botão de energia.

c) Hibernar: opção criada para notebooks e pode não está disponível em todos os computadores. É um sistema de economia de energia que coloca no disco rígido os documentos e programas abertos e desliga o computador. Hibernar usa menos energia do que Suspender e, quando você reinicializa o computador, mas não volta tão rapidamente quanto a Suspensão ao ponto em que estava.

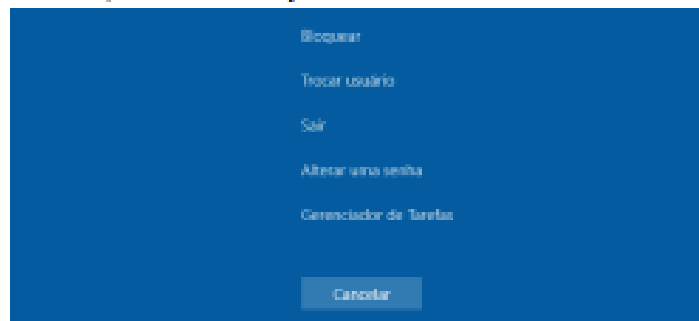
Além dessas opções, acessando Conta, temos:



d) Sair: o usuário desconecta de sua conta, e todas as suas tarefas são encerradas.

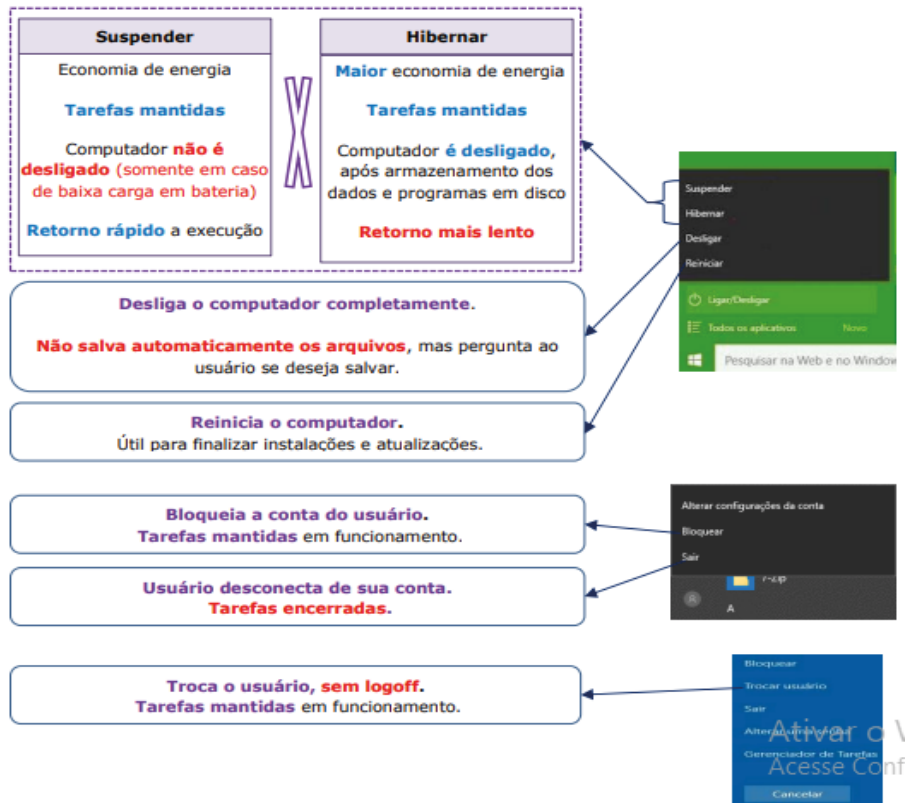
e) Bloquear: bloqueia a conta do usuário, mantendo todas as tarefas em funcionamento.

Para trocar o usuário, basta apertar CTRL + ALT + DEL:



f) **Trocar usuário:** simplesmente dá a opção de trocar de usuário, sem que o usuário atual faça o logoff. Assim, todas as tarefas são mantidas em funcionamento, e quando o usuário quiser, basta acessar sua conta para continuar de onde parou.

Esquematizando essas opções:

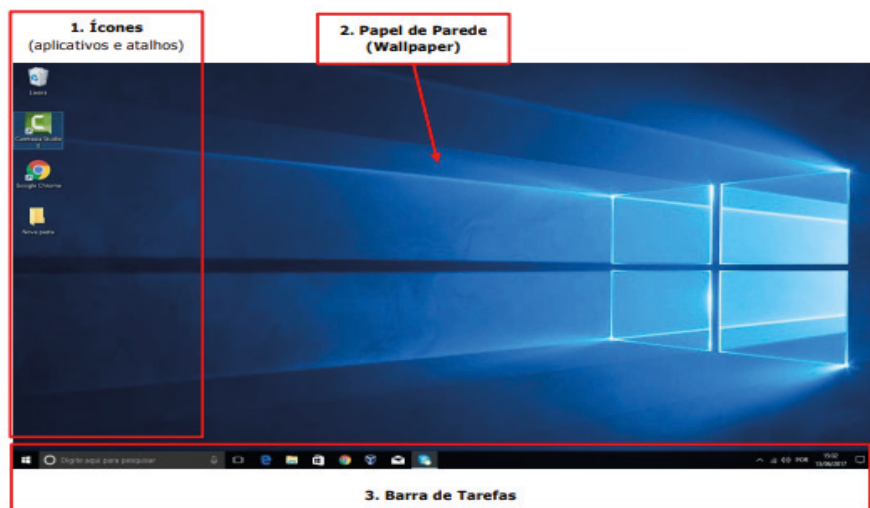


Ligar/Desligar e outras opções.

Área de trabalho, ícones e atalhos

Área de Trabalho

A Área de trabalho (ou desktop) é a principal área exibida na tela quando você liga o computador e faz logon no Windows. É o lugar que exibe tudo o que é aberto (programas, pastas, arquivos) e que também organiza suas atividades.



Área de Trabalho do Windows 10.